



PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° PE 002/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA (BA)

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PERTINENTE PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE PADARIA, CONFEITARIA E LANCHES, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA/BA.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 21/05/2026 às 09:00h (horário de Brasília)

PRAZO: 08 DIAS ÚTEIS (ART. 55, I, "A")

AMPARO LEGAL: LEI N° 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR N° 123/2006, DECRETO N.º 11.462/2023 E DECRETO MUNICIPAL N° 1618/2024.

CLASSIFICAÇÃO: BEM COMUM (ART. 6º, XIII)

MODALIDADE: PREGÃO (ART. 6º, XLI)

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE (ART. 34)

Modo de disputa: ABERTO E FECHADO (ART. 56, I E II)

FORMA: ELETRÔNICA (ART. 17, § 2º)

PLATAFORMA: www.licitanet.com.br

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (SIM, NOS TERMOS DA LC N° 123/2006, SEM EXCLUSIVIDADE DE LOTE)



Sumário

1. DO OBJETO.....	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	4
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	4
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	5
7. DA FASE DE JULGAMENTO.....	6
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	6
9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	7
10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA	7
11. DOS RECURSOS	8
13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	9
14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	9
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.....	11
ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)	26
ANEXO III - DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO	28
ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	29
ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA	30
ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE	31
ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO	32
ANEXO VIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	33
ANEXO IX - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO / INSTRUMENTO EQUIVALENTE.....	40
ANEXO X - CADASTRO RESERVA.....	48



PREFEITURA DE NOVA VIÇOSA (BA)
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 002/2026

(Processo Administrativo nº 002/2026)

Torna-se público que o MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA (BA), por meio do Setor de Licitações e Contratos, sediado na Avenida Oceânica, nº 2994, Bairro Abrolhos I, Nova Viçosa/BA, realizará licitação para registro de preços, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, nos termos da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº 11.462/2023, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 1618/2024 e demais legislação aplicável, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de gêneros alimentícios de padaria, confeitaria e lanches, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias do Município de Nova Viçosa/BA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em 02 (dois) lotes, definidos por critério territorial e logístico, com adjudicação por lote e critério de julgamento de menor preço global por lote.

1.3. O Lote 01 destina-se ao atendimento das demandas de Posto da Mata e Distritos, e o Lote 02 destina-se ao atendimento das demandas de Nova Viçosa Sede.

1.4. Cada lote é composto por 14 (quatorze) itens, totalizando 28 (vinte e oito) itens no certame, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para a totalidade do lote em que participar, sob pena de desclassificação no respectivo lote.

1.5. O objeto está fundamentado no Documento de Formalização da Demanda, no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência constante dos autos da fase preparatória.

1.6. É vedada a subcontratação integral do objeto, permanecendo a contratada integralmente responsável pela qualidade, regularidade, pontualidade e segurança dos produtos fornecidos.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes ao órgão gerenciador, aos participantes e às eventuais adesões constam da minuta da Ata de Registro de Preços e observarão o Decreto Federal nº 11.462/2023 e a Lei nº 14.133/2021.

2.2. O critério de julgamento será menor preço global por lote, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo a proposta abranger a totalidade dos itens do lote disputado.

2.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo as futuras aquisições realizadas conforme necessidade administrativa, disponibilidade orçamentária e emissão de ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, contrato ou instrumento equivalente.

2.4. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos da legislação aplicável.

2.5. Não será exigida garantia contratual, considerando a natureza comum do objeto, o fornecimento parcelado, o pagamento condicionado ao recebimento e atesto e a existência de sanções administrativas suficientes para resguardar a Administração.

2.6. Os preços registrados poderão ser objeto de revisão, negociação, atualização ou reajuste nas hipóteses legais e regulamentares, observadas as regras do Termo de Referência e da minuta da Ata de Registro de Preços. Na hipótese de prorrogação da Ata, após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, o reajuste, quando cabível, observará a data-base da pesquisa de preços que embasou a contratação, adotando-se o IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, sem prejuízo da análise de vantajosidade pela Administração.



3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados previamente credenciados no sistema www.licitanet.com.br, cujo ramo de atividade seja compatível com o fornecimento de gêneros alimentícios, produtos de padaria, confeitaria, lanches e itens correlatos.
- 3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, lances e declarações.
- 3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados, sob pena de desclassificação ou inabilitação quando a inconsistência comprometer a análise da proposta ou da habilitação.
- 3.4. Será concedido tratamento favorecido às microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos limites da Lei Complementar nº 123/2006 e da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto ao empate ficto e à regularização fiscal e trabalhista tardia.
- 3.5. Não haverá lote exclusivo para ME/EPP, considerando que os valores estimados dos lotes superam o limite legal de exclusividade, sem prejuízo dos benefícios legais cabíveis.
- 3.6. Não poderão disputar esta licitação os interessados que não atendam às condições deste Edital e seus anexos, os impedidos de licitar ou contratar, os enquadrados nas vedações dos arts. 9º, §1º, e 14 da Lei nº 14.133/2021, os que mantenham vínculo impeditivo com agentes públicos envolvidos, os sancionados nos cadastros oficiais e demais hipóteses previstas em lei.
- 3.7. Não será admitida a participação em consórcio, pois o objeto é comum, divisível em lotes territoriais e compatível com atendimento por empresas do ramo pertinente, inexistindo complexidade técnica que justifique a reunião de empresas.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com o valor global do lote ou dos lotes em que desejarem participar, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. Os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante provisoriamente vencedor de cada lote, nos termos do art. 63, II, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, ciência e concordância com as condições do Edital e seus anexos, cumprimento dos requisitos de habilitação, inexistência de fato impeditivo e cumprimento das declarações legais exigidas.
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar essa condição, sob as penas da lei, para fins de usufruto dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.
- 4.6. A falsidade de declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.
- 4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública, conforme funcionalidades disponíveis na plataforma eletrônica.
- 4.8. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar valor final mínimo, que terá caráter sigiloso apenas durante a fase competitiva, nos termos da regulamentação aplicável e das funcionalidades efetivamente disponíveis na plataforma eletrônica.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do valor global de cada lote em que participar.



5.2. A proposta deverá abranger a totalidade dos itens do lote disputado, sendo vedada proposta parcial dentro do lote.

5.3. Após a etapa de lances e negociação, o licitante provisoriamente vencedor deverá apresentar proposta readequada, discriminando os valores unitários e totais de cada item do lote vencido, respeitado o valor global final ofertado.

5.4. Não serão admitidos valores unitários manifestamente desbalanceados, inexequíveis ou superiores aos valores unitários estimados pela Administração. Considera-se manifestamente inexequível o valor unitário inferior a 50% do estimado para o mesmo item no mesmo lote; considera-se excessivo o valor unitário que supere em mais de 10% o estimado, salvo justificativa técnica. Não será aceita proposta que redistribua valores artificialmente entre itens para compensar preços excessivos com preços irrisórios, nos termos da cláusula 2.5 do Termo de Referência.

5.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumos, matérias-primas, embalagens, transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento integral das condições nela contidas, em conformidade com o Termo de Referência, o Edital e os demais anexos.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação ocorrerá em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente pelo sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.3. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.

6.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.5. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de R\$ 100,00 (cem reais) para cada lote, salvo configuração diversa expressamente informada no sistema eletrônico.

6.6. No presente processo será adotado o modo de disputa aberto e fechado.

6.7. Na etapa aberta, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos pelo prazo estabelecido na plataforma. Encerrada a fase aberta, o sistema abrirá oportunidade para apresentação de lance final e fechado, nos termos da regulamentação aplicável e das regras da plataforma.

6.8. Encerrada a etapa de lances, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores por lote.

6.9. Em relação aos lotes não exclusivos, será observado o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

6.10. Encerrada a etapa de envio de lances, se a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para o lote, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, por meio do sistema.

6.11. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que envie proposta readequada ao último lance ou à negociação, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável mediante justificativa aceita.

LOTE	INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES
01	R\$ 100,00
02	R\$ 100,00



7. DA FASE DE JULGAMENTO

- 7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar em cada lote atende às condições de participação no certame, especialmente quanto à existência de sanção impeditiva de licitar ou contratar.
- 7.2. A verificação poderá abranger consultas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP e a outros cadastros oficiais pertinentes.
- 7.3. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto, à compatibilidade do preço em relação ao valor máximo estimado por lote e ao atendimento das especificações constantes do Termo de Referência.
- 7.4. Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável, não obedecer às especificações técnicas, apresentar preço inexecutável ou permanecer acima do preço máximo do lote, não tiver exequibilidade demonstrada quando exigida ou apresentar desconformidade insanável com o Edital.
- 7.5. A inexecutabilidade será avaliada mediante diligência, especialmente quando houver indícios de que o custo do licitante é incompatível com o valor proposto.
- 7.6. Erros formais na proposta readequada poderão ser saneados, desde que não haja majoração do preço global final, alteração da substância da proposta ou prejuízo à isonomia.
- 7.7. Para análise da proposta, poderá ser colhida manifestação do setor requisitante ou da área técnica, especialmente quanto à compatibilidade dos produtos com as especificações de qualidade, acondicionamento e segurança alimentar.
- 7.8. Não será exigida amostra na fase de julgamento, salvo se houver dúvida técnica motivada e desde que a exigência seja justificada, proporcional e compatível com o Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 8.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de executar o objeto serão exigidos do licitante provisoriamente vencedor de cada lote, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.2. A documentação será apresentada preferencialmente em meio eletrônico, pela plataforma, admitida a realização de diligências para confirmação de autenticidade e saneamento de falhas formais, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.3. Para habilitação jurídica, a licitante deverá apresentar ato constitutivo, estatuto, contrato social, certificado de MEI ou documento equivalente, conforme sua natureza jurídica, acompanhado de documentação de representação, quando aplicável.
- 8.4. Para regularidade fiscal, social e trabalhista, a licitante deverá apresentar CNPJ, inscrição estadual e/ou municipal quando aplicável, certidão federal abrangendo Seguridade Social, certidão estadual, certidão municipal, FGTS e CNDT.
- 8.5. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação fiscal e trabalhista, ainda que haja restrição, assegurado o prazo legal para regularização.
- 8.6. Para qualificação econômico-financeira, será exigida certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Quando a certidão não indicar prazo de validade, serão aceitas certidões emitidas há, no máximo, 60 (sessenta) dias.
- 8.7. Para qualificação técnica, a licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento de gêneros alimentícios, produtos de panificação, confeitaria, lanches ou objeto compatível com a natureza da contratação.
- 8.8. A licitante deverá apresentar alvará de funcionamento, licença de funcionamento ou documento equivalente expedido pelo órgão competente do domicílio ou sede da licitante, compatível com a atividade de produção, manipulação, comercialização ou fornecimento de alimentos.



8.9. A licitante deverá apresentar alvará sanitário, licença sanitária, autorização sanitária ou documento formal de dispensa sanitária expedido pelo órgão competente, dentro do prazo de validade, compatível com a atividade de produção, manipulação, acondicionamento, transporte ou comercialização de alimentos.

8.9.1. Para os itens que envolvam manipulação, preparo ou transformação de alimentos — tais como bolos, salgados, sanduíches, hambúrgueres, tortas, chipas e similares — a licitante deverá comprovar a adoção de Boas Práticas de Fabricação ou Manipulação de Alimentos, observando as regras e documentos admitidos previstos no inciso VIII da cláusula 9.4 do Termo de Referência, que integra este Edital.

8.10. A licitante deverá apresentar declaração de que possui condições operacionais para preparo, manipulação, acondicionamento, embalagem, transporte e entrega dos produtos, observadas as condições de higiene, conservação, validade, segurança alimentar e Boas Práticas de Manipulação/Fabricação aplicáveis à atividade desempenhada.

8.11. Os documentos sanitários deverão guardar compatibilidade com a atividade efetivamente exercida pela licitante e com a legislação sanitária aplicável ao seu domicílio ou sede, admitindo-se documento equivalente formalmente emitido pelo órgão competente quando a legislação local assim disciplinar. Para produtos manipulados, preparados, recheados, confeitados ou perecíveis, a contratada deverá manter procedimentos compatíveis com as Boas Práticas de Manipulação/Fabricação de alimentos, podendo a Administração exigir comprovação, declaração, manual, POPs, laudo, relatório de vistoria ou documento sanitário equivalente, conforme o caso.

8.12. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida substituição ou apresentação de novos documentos, salvo em diligência para complementação de informações sobre documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.13. Caso o licitante provisoriamente vencedor não atenda às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação do respectivo lote.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante vencedor de cada lote será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias, contado da convocação, sob pena de decadência do direito à contratação e aplicação das sanções cabíveis.

9.2. Poderá ser formalizada uma Ata de Registro de Preços contemplando os dois lotes ou atas distintas por lote, com indicação do fornecedor registrado, itens, quantitativos, valores unitários e valor global do respectivo lote.

9.3. A Ata indicará a destinação territorial de cada lote, sendo o Lote 01 destinado a Posto da Mata e Distritos, e o Lote 02 destinado a Nova Viçosa Sede.

9.4. O preço registrado será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

9.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar.

9.6. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata no prazo e condições estabelecidos, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação do respectivo lote.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o lote com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação, e dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

10.2. O cadastro de reserva será organizado por lote, respeitada a ordem de classificação.



10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos remanescentes, nas hipóteses previstas no Edital e no Decreto nº 11.462/2023.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação, a Administração poderá convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, observada a ordem de classificação.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo indicado pelo sistema, sob pena de preclusão.

11.3. O prazo para apresentação das razões recursais será de 03 (três) dias úteis, contado da intimação ou da lavratura da ata.

11.4. O prazo para apresentação de contrarrazões será de 03 (três) dias úteis, contado da divulgação da interposição do recurso.

11.5. Os recursos serão encaminhados por meio de campo próprio do sistema eletrônico, no sítio www.licitanet.com.br.

11.6. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou decisão recorrida até decisão final da autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa o licitante ou contratado que praticar qualquer das condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como as condutas descritas neste Edital.

12.2. Constituem infrações, entre outras: deixar de entregar documentação exigida; não manter a proposta; recusar-se injustificadamente a assinar a Ata ou contrato; ensejar atraso injustificado; dar causa à inexecução parcial ou total; entregar produtos em desacordo com as especificações; apresentar declaração ou documentação falsa; fraudar a licitação ou a execução; comportar-se de modo inidôneo; ou praticar ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013.

12.3. Poderão ser aplicadas as sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, observados a natureza e gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos causados à Administração.

12.4. A tabela de penalidades aplicáveis, com as respectivas infrações, sanções, percentuais de multa e bases de cálculo, é a seguinte:

Infração	Sanção	% de Multa	Base de Cálculo
Descumprimento de formalidade não essencial, sem prejuízo ao fornecimento — 1ª ocorrência	Advertência	—	—
Atraso na entrega de até 4h (itens de consumo imediato) ou até 12h (demais itens) — 1ª ocorrência	Advertência	—	—
Atraso injustificado superior a 4h (itens imediatos) ou 12h (demais itens)	Multa moratória	0,5% por dia ou fração, limitada a 10% do valor do pedido	Valor do item ou pedido inadimplido
Entrega de produto em desacordo com especificações, sem substituição no prazo previsto	Multa compensatória	5%	Valor do item recusado na OF
Recusa injustificada em substituir produto recusado dentro do prazo	Multa compensatória	10%	Valor do item não substituído
Inexecução parcial: não atendimento injustificado de Ordem de Fornecimento	Multa compensatória	10%	Valor da OF inadimplida
Recusa injustificada em assinar a ARP ou instrumento equivalente	Multa compensatória	15%	Valor global estimado do lote adjudicado
Inexecução total: descontinuação do fornecimento sem motivo justificado	Multa compensatória	20%	Valor global estimado do lote
Reincidência em infração que tenha gerado multa anterior, dentro de 6 meses	Multa compensatória + Impedimento de licitar 6 a 24 meses	20%	Valor global estimado do lote
Apresentação de declaração ou documentação falsa	Multa compensatória + Impedimento de licitar 12 a 36 meses	20%	Valor global estimado do lote



Fraude à licitação ou execução; comportamento inidôneo; ato lesivo (Lei nº 12.846/2013)	Declaração de inidoneidade + Multa	30%	Valor global estimado do lote
---	------------------------------------	-----	-------------------------------

12.5. A aplicação das sanções dependerá de prévio processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos arts. 157 a 163 da Lei nº 14.133/2021, não excluindo o dever de reparação integral dos prejuízos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo legal, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados preferencialmente por meio eletrônico, no sistema www.licitanet.com.br.

13.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para realização do certame, quando a alteração afetar a formulação das propostas.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, salvo comunicação em contrário.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão observarão o horário de Brasília/DF.

14.4. A homologação do resultado da licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que não comprometam o interesse da Administração, a isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Em caso de divergência entre o Edital e seus anexos, deverá ser promovida a harmonização das peças. Para questões técnicas do objeto, especificações, qualidade, higiene, acondicionamento, entrega, recebimento e fiscalização, prevalecerá o Termo de Referência. Para regras procedimentais da licitação, prevalecerá o Edital, sempre observada a legislação aplicável, a competitividade, a vantajosidade e a execução adequada do objeto.

14.7. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, na plataforma www.licitanet.com.br e no sítio eletrônico oficial do Município, conforme aviso de licitação.

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO VIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

ANEXO IX - MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO X - CADASTRO RESERVA.



NOVA VIÇOSA
PODER EXECUTIVO

Nova Viçosa (BA), 07 de maio de 2026.

Jhones Felix dos Santos
Chefe do Departamento de Licitação
Decreto nº 309/2026





ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 002/2026

Órgão: Prefeitura Municipal de Nova Viçosa/BA

Unidade demandante: Secretaria Municipal de Administração

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de gêneros alimentícios de padaria, confeitaria e lanches, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias do Município de Nova Viçosa/BA.

Forma de contratação: Pregão Eletrônico, sob Sistema de Registro de Preços, com modo de disputa aberto e fechado.

Critério de julgamento: Menor preço global por lote, considerado o valor total estimado de cada lote, conforme os 02 lotes territoriais descritos neste Termo de Referência.

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de gêneros alimentícios de padaria, confeitaria e lanches, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias do Município de Nova Viçosa/BA, conforme condições, especificações, quantitativos estimados e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. O objeto será organizado em 02 lotes, definidos por critério territorial e logístico, com julgamento pelo menor preço global por lote, sem prejuízo da indicação dos valores unitários para fins de controle, execução, liquidação, pagamento e gestão da Ata de Registro de Preços.

1.3. O Lote 01 destina-se ao atendimento das demandas de Posto da Mata e Distritos, e o Lote 02 destina-se ao atendimento das demandas de Nova Viçosa Sede, conforme quantitativos estimados e locais indicados pela Administração.

1.4. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme demanda da Administração Municipal, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, Autorização de Compra, Nota de Empenho ou outro instrumento equivalente.

2. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação será processada por meio de licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, sob o Sistema de Registro de Preços, adotando-se o modo de disputa aberto e fechado e o critério de julgamento de menor preço global por lote.

2.2. O Sistema de Registro de Preços é adequado à presente demanda, considerando que os produtos serão solicitados de forma parcelada, conforme a necessidade das Secretarias Municipais, sem obrigação de aquisição integral dos quantitativos estimados.

2.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações em quantidade integral, ficando as aquisições condicionadas à necessidade do serviço público, à conveniência administrativa, à disponibilidade orçamentária e à emissão do instrumento de solicitação correspondente.

2.4. O julgamento por menor preço global por lote foi definido para permitir a seleção de fornecedor apto a atender integralmente cada região de entrega, preservando a padronização mínima da qualidade, a coordenação logística, a fiscalização e a continuidade do fornecimento de produtos perecíveis e de consumo imediato.

2.5. A proposta final readequada deverá discriminar os valores unitários e totais de cada item integrante do lote vencido, observando o valor global vencedor do respectivo lote. Para fins de



verificação da coerência interna da proposta readequada, são adotados os seguintes critérios objetivos:

I — considera-se manifestamente inexecutável o valor unitário de qualquer item inferior a 50% do respectivo valor unitário estimado pela Administração constante deste Termo de Referência, facultado ao Pregoeiro solicitar justificativa técnica que demonstre a viabilidade de execução ao preço proposto;

II — considera-se manifestamente excessivo o valor unitário de qualquer item que supere em mais de 10% o respectivo valor unitário estimado pela Administração para o mesmo item no mesmo lote, salvo justificativa técnica motivada aceita pelo Pregoeiro;

III — não será aceita proposta readequada que redistribua artificialmente os valores entre itens de forma a compensar preços excessivos com preços irrisórios, ainda que o valor global do lote permaneça dentro do limite máximo estimado pela Administração;

IV — havendo indício de desbalanceamento relevante, o Pregoeiro poderá solicitar demonstrativo de composição de custos por item antes da adjudicação, facultada ao licitante a apresentação de justificativa técnica e mercadológica.

2.6. A licitante poderá apresentar proposta para um ou ambos os lotes, sendo possível a adjudicação de lotes distintos a fornecedores diferentes ou ao mesmo fornecedor, conforme resultado do certame e vantajosidade para a Administração.

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação tem por finalidade garantir o fornecimento de produtos de panificação, confeitaria e lanches necessários ao atendimento das demandas administrativas, institucionais e operacionais das Secretarias Municipais de Nova Viçosa/BA.

3.2. Os produtos objeto deste Termo de Referência são utilizados em reuniões institucionais, capacitações, ações administrativas, atividades de campo, eventos de interesse público, recepção de equipes, apoio logístico e demais situações em que haja necessidade de fornecimento de gêneros alimentícios prontos ou semiprontos para consumo.

3.3. A Administração Municipal não dispõe de estrutura própria permanente para produção, acondicionamento e entrega dos produtos nas condições sanitárias e logísticas necessárias, razão pela qual se faz necessária a contratação de fornecedor especializado.

3.4. A natureza perecível de parte relevante dos itens exige preparo próximo à data de entrega, transporte adequado, acondicionamento apropriado, controle de higiene e capacidade de atendimento dentro dos prazos definidos pela Administração.

3.5. A contratação por registro de preços proporciona maior racionalidade administrativa, planejamento de consumo, padronização dos pedidos, controle de preços e atendimento tempestivo às necessidades das diversas unidades administrativas, sem gerar obrigação de aquisição integral dos quantitativos estimados.

3.6. Justificativa para adoção de 02 lotes territoriais

3.6.1. A divisão do objeto em 02 lotes decorre de critério territorial e logístico, considerando a necessidade de atendimento diferenciado das demandas de Posto da Mata e Distritos e de Nova Viçosa Sede.

3.6.2. Embora os itens possuam a mesma natureza, as entregas serão realizadas em localidades distintas, com rotas, frequência e organização operacional próprias, razão pela qual a divisão por lotes territoriais favorece a eficiência do fornecimento e a adequada fiscalização contratual.

3.6.3. A organização por lotes territoriais busca reduzir riscos de atraso, perda de qualidade, deterioração dos alimentos e falhas de atendimento, especialmente por se tratar de gêneros



perecíveis, lanches prontos e produtos que dependem de entrega tempestiva e acondicionamento adequado.

3.6.4. Cada lote contempla o conjunto de itens necessários ao atendimento da respectiva localidade, evitando a fragmentação excessiva por item e, ao mesmo tempo, afastando a concentração integral do objeto em um único lote municipal.

3.6.5. A divisão em 02 lotes amplia a competitividade em relação ao lote único total, permitindo que fornecedores com capacidade operacional em determinada região participem do certame, sem impor a obrigação de atendimento simultâneo de todo o território municipal.

3.6.6. A opção adotada não tem por finalidade restringir a competição, mas compatibilizar o parcelamento do objeto com a logística municipal, a perecibilidade dos produtos, a fiscalização das entregas e a continuidade dos serviços públicos.

3.6.7. Considerando que os valores estimados dos lotes superam o limite legal para exclusividade, não se adota lote exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte, sem prejuízo da aplicação dos benefícios legais de desempate, preferência e regularização fiscal e trabalhista previstos na Lei Complementar nº 123/2006, quando cabíveis.

4. DA JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO

4.1. A estimativa de quantitativos foi definida com base no levantamento das necessidades administrativas das Secretarias Municipais, considerando a natureza recorrente e variável da demanda, o consumo provável durante a vigência da Ata de Registro de Preços e a necessidade de fornecimento parcelado por localidade.

4.2. Os quantitativos possuem caráter meramente estimativo e não obrigam a Administração à aquisição integral, servindo exclusivamente para planejamento da contratação, elaboração das propostas, formação do preço global de cada lote e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

4.3. Itens, unidades e quantitativos estimados por lote:

LOTE 01 - POSTO DA MATA E DISTRITOS

Item	Descrição	Unidade	Quantidade estimada
01	Pão francês, peso aproximado de 50g, formato característico, elaborado com farinha de trigo, água, sal, fermento biológico ou outro agente fermentador próprio para panificação, observadas as normas sanitárias aplicáveis. O produto deverá ser fornecido fresco, em condições próprias de consumo, com validade mínima de 24 horas após a entrega.	UN	80.400
02	Pão doce tipo hot dog, peso de 50g cada unidade, preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isento de matéria terrosa, parasitas, sujidades, larvas, fungos e material estranho, em perfeito estado de conservação. Validade mínima de 05 dias a contar do ato da entrega.	UN	40.200
03	Pão de forma tradicional, fatiado, acondicionado em embalagem plástica, com rótulo contendo marca, informação nutricional, data de fabricação e validade. Pacote de 500g.	UN	1.200
04	Pão de forma integral, fatiado, acondicionado em embalagem plástica, com rótulo contendo marca, informação nutricional, data de fabricação e validade. Pacote de 500g.	UN	480
05	Mini pão de queijo, cada unidade com peso mínimo de 30g, entregue em bandejas de papelão e embalado em filme PVC transparente, com informação de peso.	UN	3.000
06	Mini salgados diversos, unidade com peso mínimo de 30g, assados ou fritos, prontos para consumo, contendo coxinha de frango, coxinha de carne, croquete de carne, rissoles de carne, bolinhas de queijo, quibe, canudinho, entre outros.	KG	161
07	Bolo sem recheio, sabores diversos, tais como cenoura, chocolate, fubá, formigueiro, laranja, milho, maçã e canela, entre outros; entregue com os pedaços cortados, dispostos em bandejas de papelão e embalados em filme PVC transparente, com informação de peso.	KG	120
08	Bolo confeitado, com recheios variados, podendo ser de abacaxi, brigadeiro, doce de leite, prestigeio, pêssego, entre outros, com cobertura de chantilly, glacê, entre outros, decorado. Tamanho conforme solicitado, com no máximo 24 horas de confecção.	KG	78
09	Torta salgada tipo empadão, cortada em pedaços medindo aproximadamente 5 x 5 x 5 cm, entregue com os pedaços cortados, dispostos em bandejas de papelão e embalados em filme PVC transparente, com informação de peso.	KG	120
10	Pão francês para lanche, com 50g, contendo uma fatia de presunto de no mínimo 30g e uma fatia de muçarela de no mínimo 30g, de primeira qualidade, embalado individualmente em saco plástico apropriado para lanche.	UN	20.000
11	Sanduíche natural, peso mínimo de 120g, preparado com pão de forma, recheado com ingredientes frescos, podendo conter patê de frango, atum ou similar, hortaliças como alface e tomate e/ou queijo, conforme especificação da Administração, acondicionado individualmente em embalagem adequada.	UN	600
12	Chipa, peso mínimo de 50g, produto de panificação de formato característico, elaborado à base de polvilho, queijo, ovos, leite e óleo ou gordura vegetal, com textura macia e levemente crocante na parte externa, fornecido fresco e acondicionado em embalagem apropriada.	UN	3.000



Item	Descrição	Unidade	Quantidade estimada
13	Mini hambúrguer, peso mínimo de 80g, composto por pão tipo hambúrguer de pequeno porte, recheado com carne bovina ou de frango, podendo conter queijo e/ou outros complementos, conforme especificação da Administração, preparado com ingredientes de boa qualidade e acondicionado em embalagem adequada.	UN	600
14	Mini pão de hambúrguer, peso mínimo de 25g, produto de panificação de formato arredondado, elaborado com farinha de trigo, água, leite, açúcar, sal, fermento biológico e demais ingredientes permitidos, com textura macia, coloração uniforme e ausência de sujidades, fornecido fresco e acondicionado em embalagem apropriada.	UN	400

LOTE 02 - NOVA VIÇOSA SEDE

Item	Descrição	Unidade	Quantidade estimada
01	Pão francês, peso aproximado de 50g, formato característico, elaborado com farinha de trigo, água, sal, fermento biológico ou outro agente fermentador próprio para panificação, observadas as normas sanitárias aplicáveis. O produto deverá ser fornecido fresco, em condições próprias de consumo, com validade mínima de 24 horas após a entrega.	UN	53.600
02	Pão doce tipo hot dog, peso de 50g cada unidade, preparado a partir de matérias-primas sãs, de primeira qualidade, isento de matéria terrosa, parasitas, sujidades, larvas, fungos e material estranho, em perfeito estado de conservação. Validade mínima de 05 dias a contar do ato da entrega.	UN	26.800
03	Pão de forma tradicional, fatiado, acondicionado em embalagem plástica, com rótulo contendo marca, informação nutricional, data de fabricação e validade. Pacote de 500g.	UN	800
04	Pão de forma integral, fatiado, acondicionado em embalagem plástica, com rótulo contendo marca, informação nutricional, data de fabricação e validade. Pacote de 500g.	UN	320
05	Mini pão de queijo, cada unidade com peso mínimo de 30g, entregue em bandejas de papelão e embalado em filme PVC transparente, com informação de peso.	UN	2.000
06	Mini salgados diversos, unidade com peso mínimo de 30g, assados ou fritos, prontos para consumo, contendo coxinha de frango, coxinha de carne, croquete de carne, rissoles de carne, bolinhas de queijo, quibe, canudinho, entre outros.	KG	107
07	Bolo sem recheio, sabores diversos, tais como cenoura, chocolate, fubá, formigueiro, laranja, milho, maçã e canela, entre outros; entregue com os pedaços cortados, dispostos em bandejas de papelão e embalados em filme PVC transparente, com informação de peso.	KG	80
08	Bolo confeitado, com recheios variados, podendo ser de abacaxi, brigadeiro, doce de leite, prestígio, pêssego, entre outros, com cobertura de chantilly, glacê, entre outros, decorado. Tamanho conforme solicitado, com no máximo 24 horas de confecção.	KG	52
09	Torta salgada tipo empadão, cortada em pedaços medindo aproximadamente 5 x 5 x 5 cm, entregue com os pedaços cortados, dispostos em bandejas de papelão e embalados em filme PVC transparente, com informação de peso.	KG	80
10	Pão francês para lanche, com 50g, contendo uma fatia de presunto de no mínimo 30g e uma fatia de muçarela de no mínimo 30g, de primeira qualidade, embalado individualmente em saco plástico apropriado para lanche.	UN	12.000
11	Sanduíche natural, peso mínimo de 120g, preparado com pão de forma, recheado com ingredientes frescos, podendo conter patê de frango, atum ou similar, hortaliças como alface e tomate e/ou queijo, conforme especificação da Administração, acondicionado individualmente em embalagem adequada.	UN	400
12	Chipa, peso mínimo de 50g, produto de panificação de formato característico, elaborado à base de polvilho, queijo, ovos, leite e óleo ou gordura vegetal, com textura macia e levemente crocante na parte externa, fornecido fresco e acondicionado em embalagem apropriada.	UN	2.000
13	Mini hambúrguer, peso mínimo de 80g, composto por pão tipo hambúrguer de pequeno porte, recheado com carne bovina ou de frango, podendo conter queijo e/ou outros complementos, conforme especificação da Administração, preparado com ingredientes de boa qualidade e acondicionado em embalagem adequada.	UN	400
14	Mini pão de hambúrguer, peso mínimo de 25g, produto de panificação de formato arredondado, elaborado com farinha de trigo, água, leite, açúcar, sal, fermento biológico e demais ingredientes permitidos, com textura macia, coloração uniforme e ausência de sujidades, fornecido fresco e acondicionado em embalagem apropriada.	UN	300

4.4. A Administração poderá solicitar os itens em quantidades inferiores ou superiores às inicialmente programadas para cada demanda específica, desde que respeitados os quantitativos totais registrados para cada item e lote na Ata de Registro de Preços, os limites legais aplicáveis, a necessidade administrativa, a disponibilidade orçamentária e as condições registradas.

5. DAS ESPECIFICAÇÕES GERAIS DOS PRODUTOS

5.1. Os produtos deverão ser fornecidos em perfeitas condições de consumo, observando padrões adequados de qualidade, higiene, segurança alimentar, acondicionamento, conservação e transporte.

5.2. Os gêneros alimentícios deverão ser produzidos com matérias-primas sãs, de boa procedência e adequadas ao consumo humano, não sendo admitidos produtos com mofo, odor ou sabor impróprio, sinais de deterioração, sujidades, larvas, parasitas, materiais estranhos, embalagem violada ou incompatível com sua conservação.

5.3. Os produtos deverão apresentar características visuais, organolépticas e de conservação compatíveis com sua natureza, sendo vedado o fornecimento de itens queimados, crus, mal



cozidos, ressecados, fermentados inadequadamente, vencidos ou em desacordo com as especificações.

5.4. Os itens embalados deverão conter, quando aplicável, identificação do produto, marca ou identificação do fabricante/fornecedor, data de fabricação, prazo de validade, peso ou conteúdo líquido e demais informações exigidas pela legislação sanitária.

5.5. A contratada deverá observar integralmente as normas sanitárias aplicáveis à manipulação, preparo, acondicionamento, transporte e fornecimento de alimentos, mantendo condições adequadas de higiene e segurança alimentar durante toda a execução.

6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. O fornecimento dos produtos será realizado de forma parcelada, conforme necessidade da Administração Municipal, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. A execução ocorrerá mediante emissão de Ordem de Fornecimento, Autorização de Compra, requisição do setor competente, Nota de Empenho ou outro instrumento formal adotado pela Administração.

6.3. Cada solicitação poderá indicar os itens a serem fornecidos, quantitativos, local de entrega, data, horário e eventuais especificações complementares compatíveis com o item registrado.

6.4. Os produtos serão entregues nos locais indicados pela Administração Municipal, observada a destinação territorial de cada lote: Lote 01 - Posto da Mata e Distritos; e Lote 02 - Nova Viçosa Sede.

6.5. Os locais específicos de entrega serão indicados em cada ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, podendo compreender Secretarias Municipais, unidades administrativas, locais de eventos institucionais e outros pontos vinculados ao interesse da Administração dentro da localidade correspondente ao lote contratado.

6.6. Os prazos de entrega observarão, em regra, até 24 horas para itens de consumo mais imediato, tais como pães, lanches, sanduíches, chipas, mini pães de queijo e similares; e até 48 horas para bolos, bolos confeitados, tortas salgadas e encomendas específicas para eventos, salvo prazo diverso expressamente definido pela Administração.

6.7. Em situações específicas, especialmente eventos institucionais, reuniões, ações programadas ou demandas urgentes, a Administração poderá fixar data e horário certos para entrega, devendo a contratada observar rigorosamente o cronograma informado.

6.8. Os custos relativos à produção, embalagem, carga, transporte, descarga e entrega correrão por conta da contratada, vedada a cobrança adicional à Administração.

6.9. Não será admitido o fornecimento de item diverso do solicitado, salvo autorização expressa e formal da Administração, desde que preservadas as condições registradas e a vantagem da contratação.

6.10. Os produtos que contenham ingredientes de origem animal, ingredientes frescos de alta perecibilidade ou que sejam preparados com recheios e coberturas úmidas — tais como sanduíches naturais, mini hambúrgueres, tortas salgadas, bolos confeitados com creme ou chantilly e demais itens similares — deverão ser transportados em condições de temperatura e higiene compatíveis com a preservação de sua qualidade e segurança para consumo humano, observando-se:

I — utilização de caixas isotérmicas, bolsas térmicas, veículo refrigerado ou outro meio de conservação adequado que mantenha o produto em temperatura que impeça a multiplicação bacteriana durante o transporte;

II — temperatura de transporte máxima de 10°C para produtos prontos de consumo contendo ingredientes perecíveis, ficando reduzida a 5°C para produtos com recheio de carne bovina ou de frango, conforme orientações da vigilância sanitária aplicável e da RDC ANVISA nº 216/2004;



III — vedação ao transporte conjunto de produtos alimentícios com produtos não alimentícios, substâncias odoríferas ou químicas que possam contaminá-los;

IV — responsabilidade integral da contratada pela manutenção das condições de temperatura e higiene desde a saída do estabelecimento até o recebimento provisório pela Administração.

6.10.1. O servidor responsável pelo recebimento provisório poderá verificar as condições de temperatura no ato da entrega, sendo facultada a recusa dos produtos que apresentem evidências de exposição a temperaturas inadequadas, embalagem violada, comprometimento das condições de conservação ou qualquer circunstância que coloque em risco a segurança alimentar, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7. DO RECEBIMENTO, ACEITAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO

7.1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e na solicitação emitida.

7.2. O recebimento definitivo ocorrerá após a conferência e aceitação dos itens entregues, mediante atesto do servidor competente na nota fiscal ou documento equivalente, observados os seguintes prazos máximos, contados do recebimento provisório:

I — até 02 dias úteis, para itens de consumo imediato, tais como pães, pão doce, mini pão de queijo, lanches, chipas, sanduíches, salgados e similares;

II — até 05 dias úteis, para bolos, bolos confeitados, tortas salgadas e pão de forma embalado;

III — decorrido o prazo estabelecido neste item sem manifestação formal do servidor competente, e desde que não tenha sido notificada formalmente à contratada a existência de pendência ou inconformidade, considera-se ocorrido o recebimento definitivo, para todos os efeitos legais, iniciando-se, a partir dessa data, a contagem do prazo de pagamento de 30 dias previsto neste Termo de Referência.

7.3. Poderão ser recusados, no todo ou em parte, os produtos que estiverem em desacordo com as especificações, apresentarem sinais de deterioração, inadequação para consumo, embalagem violada ou inadequada, quantidade inferior à solicitada, entrega fora do prazo ou qualidade incompatível com a finalidade pretendida.

7.4. Os itens recusados deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus adicional para a Administração, no prazo de até 04 horas quando se tratar de item de consumo imediato, e em até 24 horas nos demais casos, salvo prazo menor fixado pela Administração diante da urgência da demanda.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, adequação, segurança e conformidade dos produtos fornecidos.

7.6. Para fins de verificação do cumprimento da exigência de confecção com no máximo 24 horas prevista na especificação do Item 08 (Bolo confeitado), a contratada deverá apresentar, a cada entrega deste item, etiqueta de identificação ou declaração impressa afixada à embalagem ou ao documento de entrega, contendo data e hora de confecção ou finalização, identificação do estabelecimento e assinatura do responsável pelo preparo ou representante da contratada.

7.6.1. O fiscal poderá recusar o produto caso a etiqueta ou declaração não seja apresentada, seja ilegível, apresente data de confecção superior a 24 horas em relação ao horário de entrega ou contenha informações que suscitem dúvida quanto à autenticidade.

8. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO E DO IMPACTO FINANCEIRO

8.1. A estimativa de preços foi atualizada com base no Relatório de Cotação de Preços revisado, emitido pelo SICC - Sistema Integrado de Compras e Contratações, contemplando contratações



similares e referências públicas constantes do relatório juntado aos autos do processo administrativo.

8.2. Para fins de formação do valor estimado, foi utilizado o método definido para cada item na pesquisa de preços, nos termos da metodologia indicada no relatório de cotação, considerando os preços estimados unitários e os respectivos quantitativos de cada lote.

8.3. A pesquisa de preços atualizada apresenta 28 (vinte e oito) itens, correspondentes aos 14 itens do Lote 01 e aos 14 itens do Lote 02, resultando no valor total estimado da contratação de R\$ 513.024,40 (quinhentos e treze mil, vinte e quatro reais e quarenta centavos).

8.4. Estimativa de preços por lote:

LOTE 01 - POSTO DA MATA E DISTRITOS

Item	Unidade	Quantidade	Valor estimado unitário	Valor estimado total
01	UN	80.400	R\$ 1,04	R\$ 83.633,79
02	UN	40.200	R\$ 1,26	R\$ 50.662,78
03	UN	1.200	R\$ 10,28	R\$ 12.338,62
04	UN	480	R\$ 12,91	R\$ 6.198,12
05	UN	3.000	R\$ 2,19	R\$ 6.571,40
06	KG	161	R\$ 38,52	R\$ 6.203,04
07	KG	120	R\$ 29,29	R\$ 3.515,55
08	KG	78	R\$ 56,87	R\$ 4.436,80
09	KG	120	R\$ 49,96	R\$ 5.996,48
10	UN	20.000	R\$ 5,74	R\$ 114.824,43
11	UN	600	R\$ 6,90	R\$ 4.140,88
12	UN	3.000	R\$ 3,27	R\$ 9.812,09
13	UN	600	R\$ 5,99	R\$ 3.594,76
14	UN	400	R\$ 1,18	R\$ 472,10
TOTAL ESTIMADO DO LOTE 01 - POSTO DA MATA E DISTRITOS				R\$ 312.400,84

LOTE 02 - NOVA VIÇOSA SEDE

Item	Unidade	Quantidade	Valor estimado unitário	Valor estimado total
01	UN	53.600	R\$ 1,04	R\$ 55.755,86
02	UN	26.800	R\$ 1,26	R\$ 33.775,19
03	UN	800	R\$ 10,28	R\$ 8.225,75
04	UN	320	R\$ 12,91	R\$ 4.132,08
05	UN	2.000	R\$ 2,19	R\$ 4.380,93
06	KG	107	R\$ 38,52	R\$ 4.122,52
07	KG	80	R\$ 29,29	R\$ 2.343,70
08	KG	52	R\$ 56,87	R\$ 2.957,87
09	KG	80	R\$ 49,77	R\$ 3.982,45
10	UN	12.000	R\$ 5,74	R\$ 68.894,66
11	UN	400	R\$ 6,90	R\$ 2.760,59
12	UN	2.000	R\$ 3,27	R\$ 6.541,39
13	UN	400	R\$ 5,99	R\$ 2.396,51
14	UN	300	R\$ 1,18	R\$ 354,06
TOTAL ESTIMADO DO LOTE 02 - NOVA VIÇOSA SEDE				R\$ 200.623,56

8.5. O valor global estimado do Lote 01 - Posto da Mata e Distritos é de R\$ 312.400,84 (trezentos e doze mil, quatrocentos reais e oitenta e quatro centavos).

8.6. O valor global estimado do Lote 02 - Nova Viçosa Sede é de R\$ 200.623,56 (duzentos mil, seiscentos e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos).

8.7. O valor global estimado da contratação é de R\$ 513.024,40 (quinhentos e treze mil, vinte e quatro reais e quarenta centavos).

8.8. Os valores estimados possuem caráter referencial e serão utilizados para fins de julgamento da vantajosidade da proposta, controle da Ata de Registro de Preços e gestão das futuras contratações.



8.9. As futuras aquisições somente ocorrerão conforme a necessidade administrativa e a disponibilidade orçamentária da Secretaria demandante, não havendo obrigação de consumo integral dos quantitativos estimados.

8.10. A presente atualização substitui a cotação anteriormente utilizada, em razão de revisão técnica preventiva dos preços referenciais, sem alteração das especificações dos itens originalmente definidos pela Administração.

9. DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS DE PARTICIPAÇÃO E HABILITAÇÃO

9.1. Condições de participação

9.1.1. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas legalmente constituídas, cujo ramo de atividade seja compatível com o fornecimento de gêneros alimentícios, produtos de panificação, confeitaria, lanches e itens correlatos, desde que atendam às condições previstas no Edital, neste Termo de Referência e nos demais anexos.

9.1.2. A licitante deverá estar previamente credenciada na plataforma eletrônica utilizada para realização do certame, responsabilizando-se pelas informações prestadas e pelos atos praticados no sistema.

9.1.3. Não poderão participar empresas enquadradas nas hipóteses de impedimento previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital ou em normas específicas aplicáveis às contratações públicas.

9.1.4. A licitante poderá participar de um ou de ambos os lotes, desde que demonstre compatibilidade de seu ramo de atividade e capacidade de atendimento das condições exigidas para o lote pretendido.

9.2. Habilitação jurídica

9.2.1. Para comprovação da habilitação jurídica, a licitante deverá apresentar, conforme sua natureza jurídica: I - empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis; II - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual; III - sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado; IV - sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas; V - sociedade cooperativa, quando admitida: documentos de constituição e registro; VI - empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização e ato de registro; VII - documento oficial de identificação do representante legal; VIII - procuração ou documento equivalente, quando necessário.

9.3. Regularidade fiscal, social e trabalhista

9.3.1. Para comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista, a licitante deverá apresentar: I - CNPJ; II - inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, quando houver; III - regularidade perante a Fazenda Federal e Dívida Ativa da União; IV - regularidade perante a Fazenda Estadual; V - regularidade perante a Fazenda Municipal; VI - regularidade relativa ao FGTS; VII - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou certidão positiva com efeitos de negativa.

9.3.2. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação fiscal e trabalhista exigida, ainda que contenha alguma restrição, sendo-lhes assegurado o prazo legal para regularização, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

9.4. Qualificação técnica

9.4.1. Para comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá apresentar:

I - atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) aptidão anterior para fornecimento de gêneros alimentícios, produtos de panificação, confeitaria, lanches ou objeto compatível com a natureza da contratação;



II - alvará de funcionamento, licença de funcionamento ou documento equivalente expedido pelo órgão competente do domicílio ou sede da licitante, compatível com a atividade de produção, manipulação, comercialização ou fornecimento de alimentos;

III - alvará sanitário, licença sanitária, autorização sanitária ou documento formal de dispensa sanitária expedido pelo órgão competente, dentro do prazo de validade, compatível com a atividade de produção, manipulação, acondicionamento, transporte ou comercialização de alimentos;

IV - declaração de que dispõe de condições operacionais para preparo, manipulação, acondicionamento, embalagem, transporte e entrega dos produtos, observadas as condições de higiene, conservação, validade e segurança alimentar exigidas neste Termo de Referência;

V - declaração de que os produtos serão fornecidos frescos, em perfeitas condições de consumo, produzidos com matérias-primas adequadas, livres de sujidades, larvas, parasitas, mofo, odor impróprio, deterioração ou qualquer condição incompatível com o consumo humano;

VI - declaração de que utilizará embalagens próprias para alimentos, íntegras, limpas e compatíveis com a natureza de cada produto, inclusive embalagem individual quando assim exigido na especificação do item ou na ordem de fornecimento;

VII - declaração de que realizará o transporte dos produtos em condições adequadas de higiene, conservação e temperatura, quando aplicável, responsabilizando-se pela qualidade dos itens até o recebimento definitivo pela Administração;

VIII — comprovação de que o estabelecimento da licitante adota Boas Práticas de Fabricação ou Manipulação de Alimentos, conforme a RDC ANVISA nº 216/2004 e demais normas sanitárias aplicáveis, por meio de: (a) Alvará Sanitário ou Licença Sanitária vigente que contemple a atividade; ou (b) Laudo de inspeção sanitária ou Relatório de Vistoria emitido pelo órgão competente, com data de emissão não superior a 24 meses; ou (c) Declaração do titular ou do responsável técnico, sob as penas da lei, afirmando que adota Manual de Boas Práticas e Procedimentos Operacionais Padronizados (POPs), acompanhada de cópia do respectivo Manual ou dos POPs relativos à higiene dos manipuladores, controle da qualidade do alimento preparado e higienização das instalações, equipamentos e utensílios.

9.4.2. Os documentos sanitários previstos nos incisos II, III e VIII deverão guardar compatibilidade com a atividade efetivamente exercida pela licitante e com a legislação sanitária aplicável ao seu domicílio ou sede, admitindo-se documento equivalente formalmente emitido pelo órgão competente quando a legislação local assim disciplinar.

9.4.2-A. O documento apresentado nos termos do inciso VIII deverá guardar compatibilidade com a atividade efetivamente exercida pela licitante. Licitantes que atuem exclusivamente como distribuidoras de produtos industrializados de terceiros, sem manipulação própria, ficam dispensadas desta exigência para os itens exclusivamente industrializados por elas comercializados, sem prejuízo das demais exigências sanitárias previstas neste Termo de Referência.

9.5. Qualificação econômico-financeira

9.5.1. Para comprovação da qualificação econômico-financeira, a licitante deverá apresentar certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida dentro do prazo de validade nela indicado.

9.5.2. Quando a certidão não indicar prazo de validade, serão aceitas certidões emitidas há, no máximo, 60 dias da data de sua apresentação.

9.5.3. Caso a certidão indique a existência de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá comprovar que o respectivo plano foi aprovado ou homologado judicialmente e que mantém capacidade econômico-financeira para executar o objeto.



9.6. Declarações obrigatórias

9.6.1. A licitante deverá apresentar as declarações exigidas no Edital, inclusive quanto ao cumprimento dos requisitos de habilitação, inexistência de fato impeditivo, cumprimento do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, ausência de vedações legais, atendimento à reserva de cargos quando aplicável, composição integral dos custos da proposta e enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, quando pretender usufruir dos benefícios legais.

9.7. Tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte

9.7.1. As microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas farão jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, inclusive quanto ao empate ficto e à regularização fiscal e trabalhista tardia, observadas as condições do Edital.

9.7.2. O enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá ser declarado pela licitante, sob as penas da lei, sem prejuízo da verificação pela Administração quando necessário.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A contratada obriga-se a cumprir todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou instrumento equivalente e nas ordens de fornecimento emitidas pela Administração Municipal.

10.2. A contratada deverá fornecer os produtos com qualidade, higiene, segurança, frescor e dentro dos prazos, locais, quantidades e condições solicitadas pela Administração, observada a abrangência territorial do lote contratado.

10.3. A contratada deverá utilizar matérias-primas adequadas, embalagens apropriadas e meios de transporte compatíveis com a conservação dos produtos, assumindo todos os custos de produção, embalagem, carga, transporte, descarga e entrega.

10.4. A contratada deverá substituir, sem ônus adicional para a Administração, os produtos recusados por inadequação, desconformidade, baixa qualidade, avaria, deterioração, embalagem inadequada, vencimento, descumprimento de prazo ou divergência com a solicitação emitida.

10.5. A contratada deverá manter, durante toda a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

10.6. A contratada deverá observar integralmente as normas sanitárias, trabalhistas, fiscais, civis, administrativas e demais disposições legais aplicáveis à execução do objeto.

10.7. A contratada deverá emitir nota fiscal correspondente aos produtos efetivamente entregues e aceitos, com discriminação dos itens, quantidades, valores unitários e totais, em conformidade com a ordem de fornecimento.

10.8. É vedada a subcontratação integral do objeto, permanecendo a contratada integralmente responsável pela qualidade, regularidade, pontualidade e segurança dos produtos fornecidos, ainda que utilize apoio operacional ou logístico compatível com a execução.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. A contratante obriga-se a proporcionar as condições necessárias para que a contratada execute regularmente o objeto.

11.2. A contratante deverá emitir as ordens de fornecimento ou instrumentos equivalentes necessários à execução do objeto, indicando os itens, quantidades, locais, datas e horários de entrega.

11.3. A contratante deverá acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento por meio de servidor designado para essa finalidade.



11.4. A contratante deverá receber, conferir e atestar os produtos entregues, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e na Ata de Registro de Preços.

11.5. A contratante deverá comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades verificadas, solicitando as devidas correções, substituições ou complementações, quando necessárias.

11.6. A contratante deverá efetuar o pagamento pelos produtos efetivamente fornecidos e aceitos, conforme as condições estabelecidas no Edital, na Ata, no contrato ou instrumento equivalente e neste Termo de Referência.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados do recebimento definitivo do objeto e do atesto da nota fiscal pelo servidor competente, mediante ordem bancária em favor da contratada.

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal no momento em que a Administração atestar a regular execução do objeto.

12.3. A nota fiscal deverá ser apresentada com a discriminação dos itens fornecidos, quantitativos, valores unitários e totais, devendo corresponder à ordem de fornecimento emitida pela Administração.

12.4. O pagamento ficará condicionado ao recebimento definitivo do objeto, ao atesto do servidor competente, à apresentação regular da nota fiscal e à manutenção das condições de habilitação exigíveis.

12.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, divergência de quantitativos, ausência de documentação ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até a regularização da pendência, sem ônus para a Administração.

12.6. Não será efetuado pagamento de produtos recusados, devolvidos, substituídos ou entregues em desacordo com as especificações exigidas.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

13.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração Municipal, nos termos da legislação vigente.

13.2. A fiscalização terá por objetivo verificar o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços, no contrato ou instrumento equivalente e nas ordens de fornecimento emitidas.

13.3. Compete ao fiscal acompanhar as solicitações e entregas realizadas, verificar quantidade, qualidade, prazo, acondicionamento e conformidade dos produtos, registrar ocorrências, solicitar substituições, encaminhar o atesto para pagamento e comunicar eventuais descumprimentos passíveis de sanção.

13.4. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução do objeto, inclusive perante terceiros.

14. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS CONTRATAÇÕES

14.1. A Ata de Registro de Preços resultante da licitação terá vigência de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, observadas as disposições legais aplicáveis.

14.2. Durante a vigência da Ata, a Administração poderá realizar contratações conforme a necessidade administrativa, mediante emissão das respectivas ordens de fornecimento, notas de empenho, autorizações de compra, contratos administrativos ou instrumentos equivalentes.



14.3. O eventual contrato administrativo ou instrumento equivalente terá vigência compatível com o prazo necessário ao cumprimento das obrigações nele previstas, respeitada a vigência da Ata de Registro de Preços e as normas aplicáveis.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL

15.1. Considerando a natureza comum do objeto, o fornecimento parcelado, o pagamento condicionado ao recebimento definitivo e ao atesto, bem como a existência de sanções administrativas suficientes para resguardar a Administração, não se recomenda a exigência de garantia contratual para a presente contratação.

15A. DO REAJUSTE, REVISÃO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15A.1. Os preços registrados são adequados para a integral execução do objeto nas condições estabelecidas. Ainda assim, poderão ser revistos ou atualizados nas hipóteses previstas na legislação aplicável e nesta seção.

15A.2. Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser reajustados anualmente, contados da data da pesquisa de preços que embasou a contratação (abril de 2026), utilizando-se como índice de reajuste o IPCA — Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado pelo IBGE, acumulado nos 12 meses imediatamente anteriores ao aniversário do reajuste.

15A.3. O reajuste não ocorrerá de forma automática, sendo necessário requerimento formal do fornecedor registrado apresentado após o decurso de 12 meses da data-base, vedada a concessão de reajuste retroativo ou a recomposição de períodos já liquidados.

15A.4. Sem prejuízo do reajuste periódico, o fornecedor registrado poderá requerer revisão dos preços registrados, a qualquer tempo, mediante comprovação de fato superveniente que torne o fornecimento economicamente inviável, mediante requerimento formal instruído com documentação objetiva, análise e decisão motivada da Administração, vedado pagamento retroativo anterior ao protocolo.

15A.5. Quando os preços registrados se tornarem superiores aos praticados no mercado, a Administração convocará o fornecedor para negociação de redução dos valores, nos termos do Decreto Federal nº 11.462/2023. A recusa injustificada poderá ensejar cancelamento do registro, assegurado o contraditório.

15A.6. As alterações de preços decorrentes de reajuste ou revisão serão formalizadas por apostilamento, com publicação no PNCP, preservada a vantajosidade para a Administração.

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes das futuras contratações correrão por conta das dotações orçamentárias próprias das Secretarias demandantes, observadas as classificações orçamentárias indicadas no processo administrativo e no instrumento convocatório.

16.2. Dotação orçamentária referencial:

ÓRGÃO: 2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA

SECRETARIA: 2.04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 2.04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AÇÃO: 2.010 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração do Município

ELEMENTO: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

FONTE: 1500 - Recursos de Impostos não Vinculados

SECRETARIA: 2.08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE: 2.08.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS



AÇÃO: 2.019 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Públicos

ELEMENTO: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

FONTE: 1500 - Recursos de Impostos não Vinculados

ÓRGÃO: 4 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NOVA VIÇOSA

SECRETARIA: 4.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 4.01.01 - FUNDO MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

AÇÃO: 2.099 - Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social

ELEMENTO: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

FONTE: 1500 - Recursos de Impostos não Vinculados

UNIDADE: 4.01.02 - DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

AÇÃO: 2.062 - Manutenção do Conselho Tutelar

ELEMENTO: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

FONTE: 1500 - Recursos de Impostos não Vinculados

ÓRGÃO: 3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VIÇOSA

SECRETARIA: 3.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 3.01.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AÇÃO: 2.030 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Saúde

ELEMENTO: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

FONTE: 15001002 - Recursos de Impostos não Vinculados

ÓRGÃO: 5 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NOVA VIÇOSA

SECRETARIA: 5.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

UNIDADE: 5.01.01 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AÇÃO: 2.066 - Manutenção das Atividades Administrativas da Educação

ELEMENTO: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

FONTE: 15001001 - Recursos de Impostos não Vinculados

17. DAS PENALIDADES

17.1. O descumprimento das obrigações assumidas pela licitante, detentora da Ata ou contratada poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, observadas a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes e atenuantes e os danos causados à Administração.

17.2. Constituem infrações administrativas, sem prejuízo de outras previstas em lei: deixar de entregar documentação exigida; não manter a proposta; recusar-se injustificadamente a assinar a Ata, contrato ou instrumento equivalente; ensejar atraso injustificado; dar causa à inexecução parcial ou total; entregar produtos em desacordo com as especificações; apresentar declaração ou documentação falsa; fraudar a licitação ou a execução; comportar-se de modo inidôneo; praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação; ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

17.3. A tabela de penalidades aplicáveis é a seguinte:

Infração	Sanção	Multa	Base de cálculo
Descumprimento de formalidade não essencial, sem prejuízo ao fornecimento, na primeira ocorrência.	Advertência	-	-
Atraso na entrega de até 4h para itens de consumo imediato ou até 12h para os demais itens, na primeira ocorrência.	Advertência	-	-
Atraso injustificado superior a 4h para itens imediatos ou 12h para os demais itens.	Multa moratória	0,5% por dia ou fração, limitada a 10%	Valor do item ou pedido inadimplido
Entrega de produto em desacordo com as especificações, sem substituição no prazo previsto.	Multa compensatória	5%	Valor do item recusado na Ordem de Fornecimento



Infração	Sanção	Multa	Base de cálculo
Recusa injustificada em substituir produto recusado dentro do prazo.	Multa compensatória	10%	Valor do item não substituído
Inexecução parcial, caracterizada pelo não atendimento injustificado de Ordem de Fornecimento.	Multa compensatória	10%	Valor da Ordem de Fornecimento inadimplida
Recusa injustificada em assinar a Ata de Registro de Preços, contrato ou instrumento equivalente.	Multa compensatória	15%	Valor global estimado do lote adjudicado
Inexecução total ou descontinuação injustificada do fornecimento.	Multa compensatória	20%	Valor global estimado do lote
Reincidência em infração que tenha gerado multa anterior dentro de 6 meses.	Multa compensatória e impedimento de licitar e contratar de 6 a 24 meses	20%	Valor global estimado do lote
Apresentação de declaração ou documentação falsa.	Multa compensatória e impedimento de licitar e contratar de 12 a 36 meses	20%	Valor global estimado do lote
Fraude à licitação ou execução, comportamento inidôneo ou ato lesivo previsto na Lei nº 12.846/2013.	Declaração de inidoneidade e multa	30%	Valor global estimado do lote

17.4. As multas compensatória e moratória poderão ser aplicadas cumulativamente, desde que justificada a cumulação pela natureza e extensão do dano.

17.5. Para os efeitos de reincidência, considera-se reincidente a conduta que se repetir dentro de 06 (seis) meses contados da data de aplicação de sanção anterior pelo mesmo tipo de infração.

17.6. As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade observarão os arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, quanto à competência, ao procedimento, aos prazos e ao registro nos cadastros oficiais.

17.7. A aplicação das sanções dependerá de prévio processo administrativo, com observância do contraditório e da ampla defesa, não excluindo o dever de reparação integral dos prejuízos causados à Administração.

18. DA EXTINÇÃO, CANCELAMENTO E ALTERAÇÃO

18.1. A Ata de Registro de Preços, o contrato ou instrumento equivalente poderão ser extintos, cancelados ou alterados nas hipóteses previstas na legislação aplicável, no Edital, na Ata e nos instrumentos decorrentes, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

18.2. Constituem motivos para extinção ou cancelamento, entre outros: o não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações assumidas; a paralisação injustificada do fornecimento; a perda das condições de habilitação; a ocorrência de falhas reiteradas no fornecimento; a prática de infrações administrativas graves; ou a superveniência de interesse público devidamente justificado.

18.3. Eventuais alterações contratuais observarão as disposições da Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo ou apostilamento, conforme a natureza da alteração.

19. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1. O presente processo licitatório será regido pela Lei nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto Federal nº 11.462/2023, pelas normas aplicáveis ao Pregão Eletrônico e ao Sistema de Registro de Preços, bem como pelas demais disposições pertinentes às contratações públicas.

19.2. Aplicam-se subsidiariamente as normas de direito público e, no que couber, as disposições de direito privado.

19.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração Municipal, observando-se a legislação vigente e os princípios que regem a Administração Pública.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A participação no certame implica aceitação integral e irretratável das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e em seus anexos.

20.2. A Administração Municipal poderá, a qualquer tempo, realizar diligências com a finalidade de esclarecer dúvidas, complementar informações e aperfeiçoar a instrução processual, vedada a alteração da substância da proposta ou da documentação em prejuízo da isonomia.



20.3. O registro de preços não gera direito à contratação automática, ficando a efetiva aquisição condicionada à necessidade administrativa, à disponibilidade orçamentária e à emissão do instrumento de solicitação correspondente.

20.4. Em caso de divergência entre as disposições deste Termo de Referência e o Edital, os setores competentes deverão promover a harmonização das peças antes da publicação do certame, evitando contradições que prejudiquem a isonomia, a competitividade ou a execução do objeto. Para fins de interpretação das disposições técnicas relativas às especificações dos produtos, qualidade, higiene, acondicionamento, conservação, transporte, entrega e recebimento, prevalecerão as regras constantes deste Termo de Referência. Para as disposições de natureza estritamente procedimental, tais como prazos de impugnação, cadastramento, funcionamento da sessão pública, recursos e gestão do cadastro de reserva, prevalecerão as regras do Edital.

Nova Viçosa/BA, 07 de maio de 2026.

JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA GOUVEIA
Setor de Administração

ROMILDO DE SOUSA MACHADO
Secretário Municipal de Administração





ANEXO II - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de gêneros alimentícios de padaria, confeitaria e lanches, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias do Município de Nova Viçosa/BA.

NOME DE FANTASIA: _____

RAZÃO SOCIAL: _____

CNPJ: _____

INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL: _____

OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO ()

ENDEREÇO: _____

E-MAIL: _____ TELEFONE: _____

BANCO: _____ AGÊNCIA: _____ CONTA: _____

A empresa apresenta proposta para o(s) lote(s) abaixo indicado(s), declarando que nos preços estão inclusas todas as despesas necessárias ao fornecimento do objeto, inclusive tributos, encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais, transporte, embalagem, entrega e demais custos diretos e indiretos.

LOTE 01 - POSTO DA MATA E DISTRITOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
01	Pão francês, peso aproximado de 50g, formato característico, com miolo levemente macio e casca crocante, conforme especificação completa do Termo de Referência.	UN	80.400			
02	Pão doce tipo hot dog, peso de 50g por unidade, preparado com matérias-primas sãs, de primeira qualidade, em perfeito estado de conservação. Validade mínima de 05 dias.	UN	40.200			
03	Pão de forma tradicional, fatiado, acondicionado em embalagem plástica, com rótulo contendo marca, informação nutricional, data de fabricação e validade. Pacote de 500g.	UN	1.200			
04	Pão de forma integral, fatiado, acondicionado em embalagem plástica, com rótulo contendo marca, informação nutricional, data de fabricação e validade. Pacote de 500g.	UN	480			
05	Mini pão de queijo, cada unidade com peso mínimo de 30g, entregue em bandejas de papelão e embalado em filme PVC transparente, com informação de peso.	UN	3.000			
06	Mini salgados diversos, unidade com peso mínimo de 30g, assados ou fritos, prontos para consumo, sabores variados.	KG	161			
07	Bolo sem recheio, sabores diversos, entregue cortado, disposto em bandejas de papelão e embalado em filme PVC transparente, com informação de peso.	KG	120			
08	Bolo confeitado, com recheios e coberturas variados, decorado, tamanho conforme solicitado, com no máximo 24 horas de confecção.	KG	78			
09	Torta salgada tipo empadão, cortada em pedaços, entregue em bandejas de papelão e embalada em filme PVC transparente, com informação de peso.	KG	120			
10	Pão francês para lanche, com 50g, contendo fatia de presunto e fatia de muçarela de primeira qualidade, embalado individualmente.	UN	20.000			
11	Sanduíche natural, peso mínimo de 120g, preparado com pão de forma, ingredientes frescos, acondicionado individualmente em embalagem adequada.	UN	600			
12	Chipa, peso mínimo de 50g, produto de panificação elaborado à base de polvilho, queijo, ovos, leite e óleo ou gordura vegetal, fornecido fresco.	UN	3.000			
13	Mini hambúrguer, peso mínimo de 80g, composto por pão tipo hambúrguer de pequeno porte e recheio de carne bovina ou de frango.	UN	600			
14	Mini pão de hambúrguer, peso mínimo de 25g, produto de panificação arredondado, fornecido fresco e acondicionado em embalagem apropriada.	UN	400			

LOTE 02 - NOVA VIÇOSA SEDE

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
01	Pão francês, peso aproximado de 50g, formato característico, com miolo levemente macio e casca crocante, conforme especificação completa do Termo de Referência.	UN	53.600			
02	Pão doce tipo hot dog, peso de 50g por unidade, preparado com matérias-primas sãs, de primeira qualidade, em perfeito estado de conservação. Validade mínima de 05 dias.	UN	26.800			
03	Pão de forma tradicional, fatiado, acondicionado em embalagem plástica, com rótulo contendo marca, informação nutricional, data de fabricação e validade. Pacote de 500g.	UN	800			



ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	MARCA	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
04	Pão de forma integral, fatiado, acondicionado em embalagem plástica, com rótulo contendo marca, informação nutricional, data de fabricação e validade. Pacote de 500g.	UN	320			
05	Mini pão de queijo, cada unidade com peso mínimo de 30g, entregue em bandejas de papelão e embalado em filme PVC transparente, com informação de peso.	UN	2.000			
06	Mini salgados diversos, unidade com peso mínimo de 30g, assados ou fritos, prontos para consumo, sabores variados.	KG	107			
07	Bolo sem recheio, sabores diversos, entregue cortado, disposto em bandejas de papelão e embalado em filme PVC transparente, com informação de peso.	KG	80			
08	Bolo confeitado, com recheios e coberturas variados, decorado, tamanho conforme solicitado, com no máximo 24 horas de confecção.	KG	52			
09	Torta salgada tipo empadão, cortada em pedaços, entregue em bandejas de papelão e embalada em filme PVC transparente, com informação de peso.	KG	80			
10	Pão francês para lanche, com 50g, contendo fatia de presunto e fatia de muçarela de primeira qualidade, embalado individualmente.	UN	12.000			
11	Sanduíche natural, peso mínimo de 120g, preparado com pão de forma, ingredientes frescos, acondicionado individualmente em embalagem adequada.	UN	400			
12	Chipa, peso mínimo de 50g, produto de panificação elaborado à base de polvilho, queijo, ovos, leite e óleo ou gordura vegetal, fornecido fresco.	UN	2.000			
13	Mini hambúrguer, peso mínimo de 80g, composto por pão tipo hambúrguer de pequeno porte e recheio de carne bovina ou de frango.	UN	400			
14	Mini pão de hambúrguer, peso mínimo de 25g, produto de panificação arredondado, fornecido fresco e acondicionado em embalagem apropriada.	UN	300			

TOTAL POR EXTENSO DO(S) LOTE(S):

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

Prazo de entrega: conforme Termo de Referência e Ordem de Fornecimento emitida pela Administração.

Declara que os produtos serão entregues em conformidade com o Edital, Termo de Referência e Ata de Registro de Preços.

Declara que não incide nas vedações previstas na Lei nº 14.133/2021.

Nova Viçosa/BA, ____ de ____ de 2026.

CARIMBO DA EMPRESA / ASSINATURA DO RESPONSÁVEL



NOVA VIÇOSA
PODER EXECUTIVO

**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE
INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO**

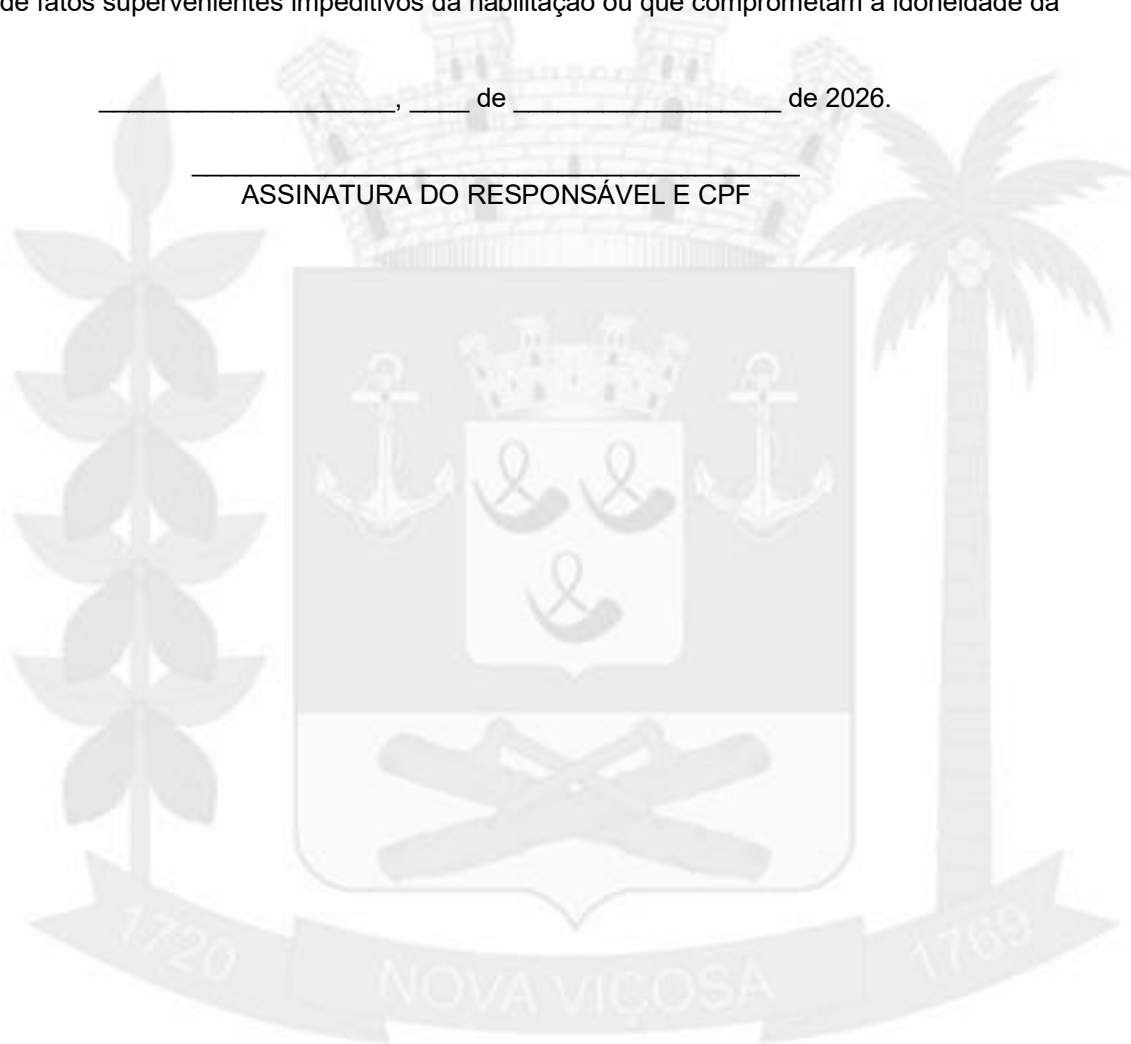
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2026

À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA/BA
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº
_____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a)
_____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº
_____, Declara expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital acima
citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo órgão licitante quanto à
qualificação das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital. Declara, ainda, a
inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometam a idoneidade da
proponente.

_____, ____ de _____ de 2026.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF





NOVA VIÇOSA
PODER EXECUTIVO

**ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

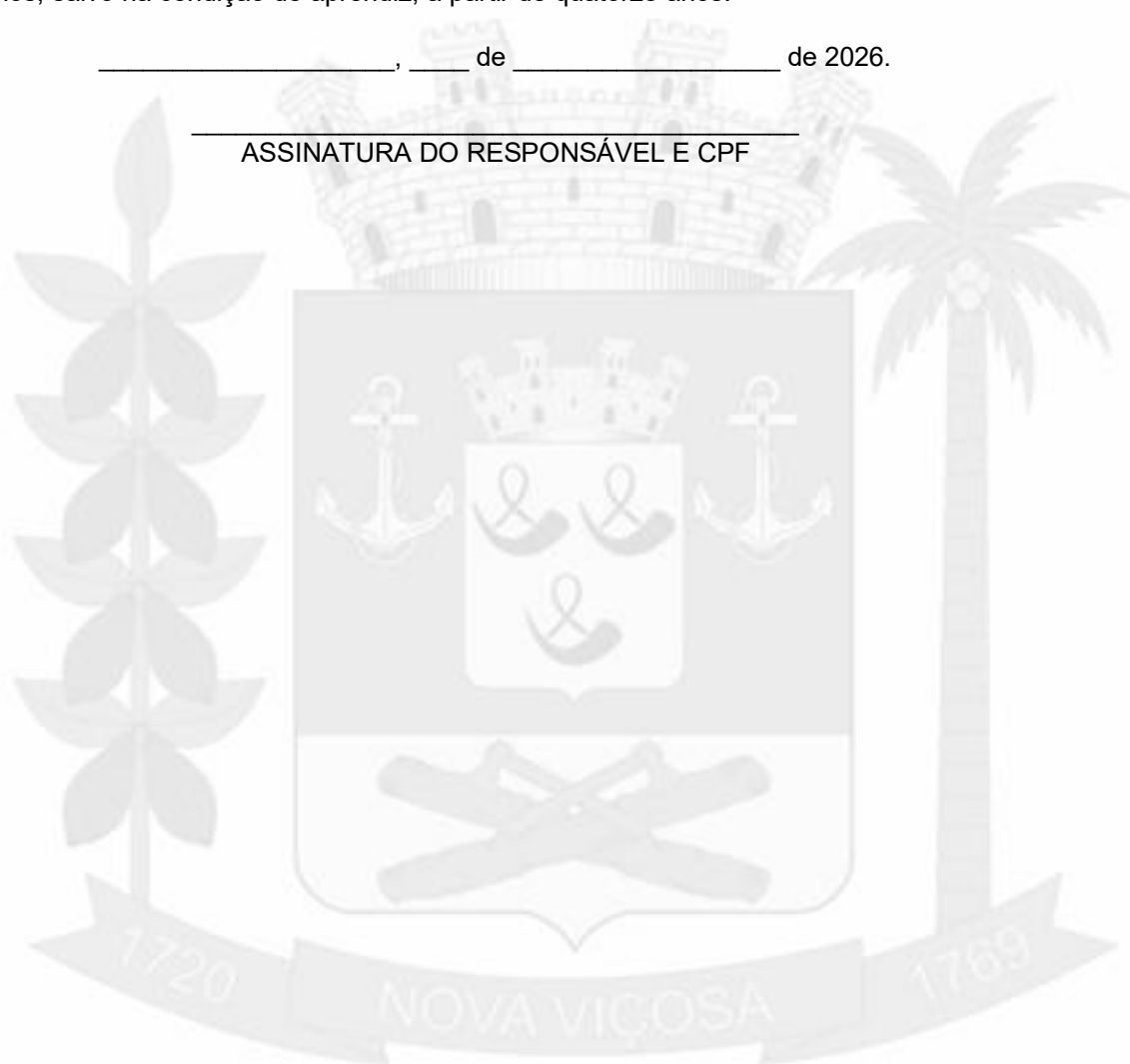
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2026

À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA/BA
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº
_____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a)
_____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº
_____, Declara, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

_____, _____ de _____ de 2026.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF





NOVA VIÇOSA
PODER EXECUTIVO

ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2026

À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA/BA
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, Declara, sob as penas da lei, que a empresa se enquadra como: ME (☐) EPP (☐) MEI (☐) NÃO ENQUADRADA (☐), estando ciente das condições legais para usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

_____, _____ de _____ de 2026.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF





NOVA VIÇOSA
PODER EXECUTIVO

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2026

À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA/BA
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, Declara, sob as penas da lei, que não se encontra impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, nem foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito federal, estadual, distrital ou municipal, inexistindo sanção vigente que impeça sua participação no presente certame.

_____, _____ de _____ de 2026.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF





NOVA VIÇOSA
PODER EXECUTIVO

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2026

À PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VIÇOSA/BA
AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) do RG nº _____ e CPF nº _____, Declara, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que cumpre todos os requisitos de habilitação exigidos para o certame, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas.

_____, _____ de _____ de 2026.

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF





ANEXO VIII - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/2026

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 002/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2026

O MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA/BA, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do órgão gerenciador competente, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e a empresa

_____, inscrita no CNPJ nº

_____, com sede à

_____, doravante denominada FORNECEDOR

REGISTRADO, resolvem firmar a presente Ata de Registro de Preços, decorrente do Pregão Eletrônico

SRP nº PE 002/2026, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Federal nº

11.462/2023, da Lei Complementar nº 123/2006, do Edital, do Termo de Referência, da proposta vencedora e das cláusulas seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de gêneros alimentícios de padaria, confeitaria e lanches, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias do Município de Nova Viçosa/BA, conforme especificações, quantitativos estimados e condições constantes do Edital, do Termo de Referência, da proposta vencedora e desta Ata.

1.2. O objeto está organizado em 02 (dois) lotes territoriais, com julgamento pelo menor preço global por lote, sendo: Lote 01 - Posto da Mata e Distritos; e Lote 02 - Nova Viçosa Sede.

1.3. Cada lote é composto por 14 (quatorze) itens, totalizando 28 (vinte e oito) itens na presente estrutura de disputa, sem prejuízo da indicação dos valores unitários para fins de controle, execução, liquidação, pagamento e gestão da Ata de Registro de Preços.

1.4. O fornecimento ocorrerá de forma parcelada, sob demanda, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, Autorização de Compra, Nota de Empenho, contrato administrativo ou instrumento equivalente, conforme a necessidade da Administração.

2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DO FORNECEDOR REGISTRADO

2.1. O Município de Nova Viçosa/BA atuará como órgão gerenciador da presente Ata, competindo-lhe praticar os atos de controle, convocação, gestão, fiscalização, atualização, negociação e eventual cancelamento dos preços registrados, na forma da legislação aplicável.

2.2. O fornecedor registrado compromete-se a manter, durante toda a vigência desta Ata e das contratações dela decorrentes, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.

2.3. Havendo fornecedores distintos para os lotes, a Administração poderá formalizar Atas de Registro de Preços individualizadas por fornecedor/lote ou uma única Ata com identificação expressa dos lotes adjudicados a cada fornecedor, conforme conveniência administrativa e forma adotada na homologação.

3. DOS LOTES E DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Ficam registrados os preços dos lotes adjudicados em favor do fornecedor signatário, observada a proposta final readequada apresentada no certame.

3.2. Embora o julgamento ocorra pelo menor preço global por lote, a proposta readequada deverá apresentar os valores unitários e totais de cada item integrante do respectivo lote, para fins de emissão das ordens de fornecimento, controle de quantitativos, liquidação da despesa, pagamento e fiscalização contratual.



3.3. Os preços unitários registrados deverão guardar compatibilidade com a proposta global vencedora do respectivo lote, vedada a apresentação de preços unitários simbólicos, irrisórios, inexequíveis, excessivos ou que possam comprometer a execução equilibrada do lote.

3.4. Ficam registrados os seguintes itens, quantitativos estimados e preços, conforme proposta vencedora:

Valor global registrado do Lote 01 - Posto da Mata e Distritos: R\$ _____
(_____).

LOTE 01 - POSTO DA MATA E DISTRITOS

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNID.	QTD. ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	VALOR TOTAL REGISTRADO
01	Pão francês, peso aproximado de 50g, formato característico, com miolo levemente macio e casca crocante, conforme especificação completa do Termo de Referência.	UN	80.400	R\$ _____	R\$ _____
02	Pão doce tipo hot dog, peso de 50g por unidade, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	40.200	R\$ _____	R\$ _____
03	Pão de forma tradicional, fatiado, pacote de 500g, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	1.200	R\$ _____	R\$ _____
04	Pão de forma integral, fatiado, pacote de 500g, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	480	R\$ _____	R\$ _____
05	Mini pão de queijo, peso mínimo de 30g por unidade, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	3.000	R\$ _____	R\$ _____
06	Mini salgados diversos, peso mínimo de 30g, assados ou fritos, conforme especificação do Termo de Referência.	KG	161	R\$ _____	R\$ _____
07	Bolo sem recheio, sabores diversos, entregue cortado e embalado, conforme especificação do Termo de Referência.	KG	120	R\$ _____	R\$ _____
08	Bolo confeitado, com recheios e coberturas variados, conforme especificação do Termo de Referência.	KG	78	R\$ _____	R\$ _____
09	Torta salgada tipo empadão, cortada e embalada, conforme especificação do Termo de Referência.	KG	120	R\$ _____	R\$ _____
10	Pão francês para lanche, com presunto e muçarela, embalagem individual, conforme Termo de Referência.	UN	20.000	R\$ _____	R\$ _____
11	Sanduíche natural, peso mínimo de 120g, embalagem individual, conforme Termo de Referência.	UN	600	R\$ _____	R\$ _____
12	Chipa, peso mínimo de 50g, produto fresco, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	3.000	R\$ _____	R\$ _____
13	Mini hambúrguer, peso mínimo de 80g, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	600	R\$ _____	R\$ _____
14	Mini pão de hambúrguer, peso mínimo de 25g, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	400	R\$ _____	R\$ _____

Valor global registrado do Lote 02 - Nova Viçosa Sede: R\$ _____
(_____).

LOTE 02 - NOVA VIÇOSA SEDE

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNID.	QTD. ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	VALOR TOTAL REGISTRADO
01	Pão francês, peso aproximado de 50g, formato característico, com miolo levemente macio e casca crocante, conforme especificação completa do Termo de Referência.	UN	53.600	R\$ _____	R\$ _____
02	Pão doce tipo hot dog, peso de 50g por unidade, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	26.800	R\$ _____	R\$ _____
03	Pão de forma tradicional, fatiado, pacote de 500g, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	800	R\$ _____	R\$ _____
04	Pão de forma integral, fatiado, pacote de 500g, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	320	R\$ _____	R\$ _____
05	Mini pão de queijo, peso mínimo de 30g por unidade, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	2.000	R\$ _____	R\$ _____
06	Mini salgados diversos, peso mínimo de 30g, assados ou fritos, conforme especificação do Termo de Referência.	KG	107	R\$ _____	R\$ _____
07	Bolo sem recheio, sabores diversos, entregue cortado e embalado, conforme especificação do Termo de Referência.	KG	80	R\$ _____	R\$ _____
08	Bolo confeitado, com recheios e coberturas variados, conforme especificação do Termo de Referência.	KG	52	R\$ _____	R\$ _____
09	Torta salgada tipo empadão, cortada e embalada, conforme especificação do Termo de Referência.	KG	80	R\$ _____	R\$ _____
10	Pão francês para lanche, com presunto e muçarela, embalagem individual, conforme Termo de Referência.	UN	12.000	R\$ _____	R\$ _____



ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNID.	QTD. ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO REGISTRADO	VALOR TOTAL REGISTRADO
11	Sanduíche natural, peso mínimo de 120g, embalagem individual, conforme Termo de Referência.	UN	400	R\$ _____	R\$ _____
12	Chipa, peso mínimo de 50g, produto fresco, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	2.000	R\$ _____	R\$ _____
13	Mini hambúrguer, peso mínimo de 80g, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	400	R\$ _____	R\$ _____
14	Mini pão de hambúrguer, peso mínimo de 25g, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	300	R\$ _____	R\$ _____

3.5. Os preços registrados abrangem todos os custos diretos e indiretos necessários ao fiel cumprimento do objeto, inclusive matérias-primas, preparo, embalagens, acondicionamento, transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, sanitários e quaisquer outras despesas incidentes.

3.6. Os quantitativos constantes desta Ata são estimativos e não obrigam a Administração à contratação integral, ficando as aquisições condicionadas à necessidade pública, à conveniência administrativa e à disponibilidade orçamentária.

3.7. A existência de preços registrados em determinado lote não obriga a Administração a utilizar a totalidade do respectivo saldo, podendo as solicitações ocorrerem em quantidades parciais e conforme a demanda real das Secretarias Municipais.

4. DA VIGÊNCIA DA ATA

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

4.2. Durante a vigência da Ata, o fornecedor registrado deverá atender às solicitações formalmente emitidas pela Administração, respeitados os preços registrados, as condições do Edital, do Termo de Referência e desta Ata.

4.3. A existência de preços registrados não assegura ao fornecedor direito subjetivo à contratação, facultada à Administração a realização de contratação específica quando presentes razões de interesse público devidamente justificadas.

5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme demanda das Secretarias Municipais, mediante solicitação formal do setor competente.

5.2. Cada solicitação indicará, quando cabível, o lote correspondente, os itens, quantitativos, local de entrega, data, horário e eventuais especificações complementares compatíveis com o objeto registrado.

5.3. O Lote 01 destina-se ao atendimento das demandas de Posto da Mata e Distritos, e o Lote 02 destina-se ao atendimento das demandas de Nova Viçosa Sede, conforme organização territorial e logística definida no Termo de Referência.

5.4. O fornecedor registrado deverá entregar os produtos nos locais indicados pela Administração, dentro da localidade correspondente ao lote adjudicado, podendo compreender Secretarias Municipais, unidades administrativas, locais de eventos institucionais e outros pontos vinculados ao interesse público.

5.5. Os prazos de entrega observarão as regras do Termo de Referência, especialmente:

- até 24 (vinte e quatro) horas para itens de consumo imediato, tais como pães, lanches, sanduíches, chipas, mini pães de queijo e similares;
- até 48 (quarenta e oito) horas para bolos, bolos confeitados, tortas salgadas e encomendas específicas, salvo prazo diverso expressamente definido pela Administração;
- data e horário certos, quando se tratar de eventos institucionais, reuniões, ações programadas ou demandas previamente agendadas.

5.6. Os produtos deverão ser entregues frescos, em perfeitas condições de consumo, observando padrões adequados de qualidade, higiene, conservação, embalagem, acondicionamento e transporte. Itens



perecíveis, recheados, confeitados, com ingredientes de origem animal ou que exijam conservação especial deverão ser transportados em embalagens, caixas térmicas, recipientes isotérmicos, bolsas térmicas ou veículo adequado, compatíveis com sua natureza.

5.7. Os produtos que contenham ingredientes perecíveis de origem animal ou ingredientes frescos de alta perecibilidade — tais como sanduíches naturais, mini hambúrgueres, tortas salgadas e bolos confeitados com creme ou chantilly — deverão ser entregues em temperatura máxima de 10°C, ou 5°C para aqueles com recheio de carne bovina ou de frango, transportados em caixas isotérmicas, bolsas térmicas, veículo refrigerado ou outro meio adequado de conservação. O descumprimento desta exigência constitui causa suficiente para a recusa dos produtos no recebimento provisório.

5.8. Não será admitido o fornecimento de item diverso do solicitado, salvo autorização expressa e motivada da Administração, desde que não haja prejuízo à qualidade, à economicidade e ao interesse público.

6. DO RECEBIMENTO, RECUSA E SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS

6.1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, para conferência inicial de quantidade, aparência, embalagem, prazo, condições de conservação e compatibilidade com a solicitação emitida.

6.2. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade do objeto com as especificações do Edital, do Termo de Referência, da Ordem de Fornecimento e desta Ata, mediante atesto do servidor competente, observados os prazos máximos: I — até 02 dias úteis para itens de consumo imediato; II — até 05 dias úteis para bolos, bolos confeitados, tortas salgadas e pão de forma embalado; III — decorrido o prazo sem manifestação formal e sem notificação de pendência, considera-se ocorrido o recebimento definitivo, iniciando-se a contagem do prazo de pagamento de 30 dias.

6.3. Poderão ser recusados, total ou parcialmente, os produtos que estiverem em desacordo com as especificações, apresentarem sinais de deterioração, embalagem violada ou inadequada, quantidade inferior à solicitada, atraso que comprometa sua finalidade, ou condições inadequadas de higiene, qualidade ou conservação.

6.4. Os produtos recusados deverão ser substituídos pelo fornecedor registrado, sem ônus adicional para a Administração, em até 04 (quatro) horas quando se tratar de produto de consumo imediato ou quando o atraso na substituição comprometer a finalidade da solicitação; e em até 24 (vinte e quatro) horas nos demais casos, salvo prazo menor fixado pela Administração diante da urgência da demanda.

6.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade, segurança alimentar, adequação e conformidade dos produtos fornecidos.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. Constituem obrigações do fornecedor registrado, além das demais previstas no Edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável:

- assinar esta Ata e os instrumentos decorrentes, quando convocado, no prazo estabelecido pela Administração;
- manter e-mail institucional atualizado e operacional para recebimento de comunicações oficiais, convocações, notificações e ordens de fornecimento;
- fornecer os produtos de acordo com as especificações, quantitativos, prazos e locais definidos pela Administração para o lote adjudicado;
- observar integralmente as normas sanitárias aplicáveis à produção, manipulação, acondicionamento, transporte e comercialização de alimentos, mantendo procedimentos compatíveis com as Boas Práticas de Manipulação/Fabricação;
- manter alvará, licença sanitária, dispensa ou documento equivalente vigente, quando exigível pelo órgão competente;
- responsabilizar-se por todos os custos de produção, embalagem, transporte, carga, descarga e entrega;
- substituir, no prazo definido, os produtos recusados, inadequados, deteriorados ou entregues em desacordo com as especificações;



- manter, durante a vigência da Ata e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;
- responder por danos causados à Administração ou a terceiros em razão de falhas na execução do objeto;
- emitir nota fiscal correspondente aos produtos efetivamente entregues e aceitos.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR/CONTRATANTE

8.1. Constituem obrigações do órgão gerenciador/contratante:

- emitir as ordens de fornecimento, autorizações de compra, notas de empenho ou instrumentos equivalentes necessários à execução do objeto;
- prestar as informações necessárias ao cumprimento das obrigações pelo fornecedor registrado;
- acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar o fornecimento dos produtos;
- comunicar formalmente irregularidades verificadas, solicitando correções, substituições ou complementações quando cabíveis;
- receber os produtos, verificar sua conformidade e atestar a nota fiscal quando constatada a regular execução;
- efetuar o pagamento dos produtos efetivamente entregues e aceitos, observadas as condições previstas no Edital, no Termo de Referência, nesta Ata e no instrumento de contratação.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração Municipal, nos termos da legislação vigente.

9.2. Compete à fiscalização verificar a conformidade dos produtos, acompanhar as entregas, registrar ocorrências, solicitar substituições, conferir notas fiscais, atestar o recebimento e comunicar à autoridade competente eventuais descumprimentos.

9.3. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor registrado pela execução do objeto, inclusive quanto à qualidade, higiene, segurança alimentar e adequação dos produtos fornecidos.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento das contratações decorrentes desta Ata será realizado em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto, do atesto da nota fiscal ou documento equivalente pelo servidor competente e do atendimento das exigências documentais aplicáveis.

10.2. A nota fiscal deverá discriminar o lote, os itens efetivamente fornecidos, quantitativos, valores unitários e totais, devendo corresponder à ordem de fornecimento emitida pela Administração.

10.3. Havendo erro na nota fiscal, divergência de quantitativos, irregularidade documental ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo de pagamento ficará suspenso até a regularização da pendência, sem ônus para a Administração.

10.4. Não será efetuado pagamento de produtos recusados, devolvidos, substituídos, não entregues ou entregues em desacordo com as especificações exigidas.

11. DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, poderão compor o cadastro de reserva, por lote, os licitantes que aceitarem cotar o respectivo lote em preço igual ao do adjudicatário, observada a ordem de classificação, bem como aqueles que mantiverem sua proposta original, na forma prevista no Edital e na legislação aplicável.

11.2. O cadastro de reserva poderá ser utilizado nas hipóteses de impossibilidade de atendimento pelo fornecedor registrado, recusa injustificada, cancelamento do registro, extinção do vínculo ou demais situações previstas no Edital e na legislação.



11.3. A habilitação dos integrantes do cadastro de reserva poderá ser verificada quando houver necessidade de convocação, observadas as condições editalícias.

12. DA ALTERAÇÃO, ATUALIZAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

12.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados nas hipóteses legalmente admitidas, em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato superveniente que eleve o custo do objeto registrado, observadas as normas aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.

12.1.1. Na hipótese de prorrogação da Ata, os preços poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base da pesquisa de preços que embasou a contratação, adotando-se o IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, sem prejuízo da análise de vantajosidade, da negociação e da revisão de preços nas hipóteses legais e regulamentares.

12.2. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução dos valores registrados.

12.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações assumidas, poderá requerer revisão, mediante comprovação documental de fato superveniente, imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, que torne inviável a manutenção do preço.

12.4. A eventual alteração, atualização ou negociação de preços poderá ocorrer por lote e/ou por item, conforme a natureza da variação comprovada, desde que preservado o equilíbrio da Ata e a vantajosidade para a Administração.

13. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

13.1. O registro do fornecedor poderá ser cancelado, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas na legislação aplicável, no Edital e nesta Ata, especialmente quando o fornecedor descumprir as condições assumidas, não retirar instrumento equivalente, não aceitar reduzir preço registrado quando este se tornar superior ao praticado no mercado ou sofrer sanção que impeça sua contratação.

13.2. O cancelamento poderá alcançar apenas o lote afetado pela irregularidade ou todos os lotes registrados, conforme a extensão do descumprimento e a análise da Administração.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O descumprimento das obrigações assumidas poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital, no Termo de Referência e nos instrumentos decorrentes, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.2. Constituem infrações, entre outras, atrasar injustificadamente o fornecimento, entregar produtos em desacordo com as especificações, recusar a substituição de itens inadequados, apresentar documentação falsa, deixar de manter as condições de habilitação, fraudar a execução ou praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação.

14.3. A tabela de penalidades aplicáveis é a seguinte:

Infração	Sanção	% de Multa	Base de Cálculo
Descumprimento de formalidade não essencial, sem prejuízo ao fornecimento — 1ª ocorrência	Advertência	—	—
Atraso na entrega de até 4h (itens de consumo imediato) ou até 12h (demais itens) — 1ª ocorrência	Advertência	—	—
Atraso injustificado superior a 4h (itens imediatos) ou 12h (demais itens)	Multa moratória	0,5% por dia ou fração, limitada a 10% do valor do pedido	Valor do item ou pedido inadimplido
Entrega de produto em desacordo com especificações, sem substituição no prazo previsto	Multa compensatória	5%	Valor do item recusado na OF
Recusa injustificada em substituir produto recusado dentro do prazo	Multa compensatória	10%	Valor do item não substituído
Inexecução parcial: não atendimento injustificado de Ordem de Fornecimento	Multa compensatória	10%	Valor da OF inadimplida
Recusa injustificada em assinar a ARP ou instrumento equivalente	Multa compensatória	15%	Valor global estimado do lote adjudicado
Inexecução total: descontinuação do fornecimento sem motivo justificado	Multa compensatória	20%	Valor global estimado do lote



Reincidência em infração que tenha gerado multa anterior, dentro de 6 meses	Multa compensatória + Impedimento de licitar 6 a 24 meses	20%	Valor global estimado do lote
Apresentação de declaração ou documentação falsa	Multa compensatória + Impedimento de licitar 12 a 36 meses	20%	Valor global estimado do lote
Fraude à licitação ou execução; comportamento inidôneo; ato lesivo (Lei nº 12.846/2013)	Declaração de inidoneidade + Multa	30%	Valor global estimado do lote

14.3.1. A multa moratória fica limitada a 10% do valor do item ou pedido inadimplido. A aplicação das sanções observará os arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes das futuras contratações correrão por conta das dotações orçamentárias próprias das Secretarias demandantes, observadas as classificações orçamentárias indicadas no processo administrativo, no Edital e nos instrumentos de contratação.

15.2. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, a indicação da dotação poderá ocorrer no momento da efetiva contratação, empenho ou emissão do instrumento equivalente, conforme a legislação aplicável e a disponibilidade orçamentária da unidade demandante.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Integram esta Ata, independentemente de transcrição, o Edital, o Termo de Referência, a proposta final readequada do fornecedor registrado, os documentos de habilitação e os demais elementos constantes do processo administrativo.

16.2. A assinatura desta Ata implica ciência e aceitação integral das condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na legislação aplicável.

16.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração Municipal, observando-se a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Federal nº 11.462/2023, a Lei Complementar nº 123/2006 e demais normas pertinentes.

Nova Viçosa/BA, ____ de ____ de 2026.

MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA/BA
ÓRGÃO GERENCIADOR

FORNECEDOR REGISTRADO

CNPJ: _____

Representante: _____

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome: _____

CPF: _____

2. _____

Nome: _____

CPF: _____



ANEXO IX - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO / INSTRUMENTO EQUIVALENTE

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº _____/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº PE 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002/2026

O MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA/BA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº _____, com sede administrativa na Av. Oceânica, nº 2.994, Bairro Abrolhos I, CEP 45.920-000, Nova Viçosa/BA, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à _____, doravante denominada CONTRATADA, resolvem

firmar o presente Contrato Administrativo/Instrumento Equivalente, decorrente da Ata de Registro de Preços nº _____/2026 e do Pregão Eletrônico SRP nº PE 002/2026, mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto o fornecimento parcelado de gêneros alimentícios de padaria, confeitaria e lanches, destinados ao atendimento das demandas das Secretarias do Município de Nova Viçosa/BA, conforme condições, especificações, quantitativos, lotes, preços registrados e exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na proposta readequada da contratada.

1.2. O objeto decorre de licitação realizada sob o Sistema de Registro de Preços, estruturada em 02 (dois) lotes territoriais, com critério de julgamento de menor preço global por lote, observados os preços unitários registrados para fins de execução, controle, liquidação e pagamento.

1.3. Os lotes vinculados à contratação são: Lote 01 - Posto da Mata e Distritos; e Lote 02 - Nova Viçosa Sede, podendo a contratação abranger um ou ambos os lotes, conforme lote(s) adjudicado(s) à contratada e conforme necessidade da Administração.

1.4. Integram este instrumento, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico SRP nº PE 002/2026, o Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços, a proposta readequada da contratada, as ordens de fornecimento, notas de empenho e demais documentos integrantes do processo administrativo.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL, À ATA E À PROPOSTA

2.1. A contratação vincula-se ao Pregão Eletrônico SRP nº PE 002/2026, à Ata de Registro de Preços nº _____/2026, ao Termo de Referência, à proposta apresentada pela contratada e aos demais documentos constantes do processo administrativo.

2.2. A assinatura deste contrato ou a aceitação do instrumento equivalente importa plena ciência e concordância da contratada com todas as condições estabelecidas no processo licitatório e nos instrumentos que o integram.

2.3. Em caso de divergência entre este instrumento e os documentos do processo, deverá ser promovida a interpretação sistemática que preserve a legalidade, a vantajosidade, a isonomia, a vinculação ao instrumento convocatório e a finalidade pública da contratação.

3. DO REGIME DE EXECUÇÃO, DA FORMA DE FORNECIMENTO E DOS LOTES

3.1. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração Municipal, mediante ordem de fornecimento, autorização de compra, requisição, nota de empenho ou outro instrumento equivalente.

3.2. Embora o julgamento tenha ocorrido pelo menor preço global por lote, a execução contratual observará os preços unitários registrados para cada item do lote contratado, não sendo admitida alteração da composição dos itens ou dos preços sem observância da legislação aplicável.



3.3. A Administração não se obriga a contratar a totalidade dos quantitativos estimados, ficando as solicitações condicionadas à necessidade administrativa, à disponibilidade orçamentária e à conveniência do interesse público.

3.4. A contratada deverá atender ao(s) lote(s) para o(s) qual(is) for convocada, observando a destinação territorial, os locais de entrega, os prazos, a logística e as especificações constantes do Termo de Referência e das ordens de fornecimento.

3.5. A divisão territorial dos lotes tem por finalidade assegurar atendimento adequado às demandas de Posto da Mata/Distritos e de Nova Viçosa Sede, considerando a logística municipal, a natureza perecível dos produtos, a necessidade de entregas frequentes e a preservação da qualidade dos alimentos.

4. DOS ITENS, QUANTITATIVOS E PREÇOS

4.1. Os lotes objeto da contratação são compostos pelos itens abaixo, em descrição resumida, devendo as especificações completas constantes do Termo de Referência, do Edital e da proposta readequada prevalecer para todos os fins de execução.

Lote 01 - Posto da Mata e Distritos - Valor estimado de referência: R\$ 312.400,84.

LOTE 01 - POSTO DA MATA E DISTRITOS

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNID.	QTD. ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO CONTRATADO	VALOR TOTAL CONTRATADO
01	Pão francês, peso aproximado de 50g, formato característico, com miolo levemente macio e casca crocante, conforme especificação completa do Termo de Referência.	UN	80.400	R\$ _____	R\$ _____
02	Pão doce tipo hot dog, peso de 50g por unidade, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	40.200	R\$ _____	R\$ _____
03	Pão de forma tradicional, fatiado, pacote de 500g, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	1.200	R\$ _____	R\$ _____
04	Pão de forma integral, fatiado, pacote de 500g, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	480	R\$ _____	R\$ _____
05	Mini pão de queijo, peso mínimo de 30g por unidade, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	3.000	R\$ _____	R\$ _____
06	Mini salgados diversos, peso mínimo de 30g, assados ou fritos, conforme especificação do Termo de Referência.	KG	161	R\$ _____	R\$ _____
07	Bolo sem recheio, sabores diversos, entregue cortado e embalado, conforme especificação do Termo de Referência.	KG	120	R\$ _____	R\$ _____
08	Bolo confeitado, com recheios e coberturas variados, conforme especificação do Termo de Referência.	KG	78	R\$ _____	R\$ _____
09	Torta salgada tipo empadão, cortada e embalada, conforme especificação do Termo de Referência.	KG	120	R\$ _____	R\$ _____
10	Pão francês para lanche, com presunto e muçarela, embalagem individual, conforme Termo de Referência.	UN	20.000	R\$ _____	R\$ _____
11	Sanduíche natural, peso mínimo de 120g, embalagem individual, conforme Termo de Referência.	UN	600	R\$ _____	R\$ _____
12	Chupa, peso mínimo de 50g, produto fresco, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	3.000	R\$ _____	R\$ _____
13	Mini hambúrguer, peso mínimo de 80g, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	600	R\$ _____	R\$ _____
14	Mini pão de hambúrguer, peso mínimo de 25g, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	400	R\$ _____	R\$ _____

Lote 02 - Nova Viçosa Sede - Valor estimado de referência: R\$ 200.623,56.

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNID.	QTD. ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO CONTRATADO	VALOR TOTAL CONTRATADO
01	Pão francês, peso aproximado de 50g, formato característico, com miolo levemente macio e casca crocante, conforme especificação completa do Termo de Referência.	UN	53.600	R\$ _____	R\$ _____
02	Pão doce tipo hot dog, peso de 50g por unidade, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	26.800	R\$ _____	R\$ _____
03	Pão de forma tradicional, fatiado, pacote de 500g, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	800	R\$ _____	R\$ _____
04	Pão de forma integral, fatiado, pacote de 500g, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	320	R\$ _____	R\$ _____
05	Mini pão de queijo, peso mínimo de 30g por unidade, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	2.000	R\$ _____	R\$ _____
06	Mini salgados diversos, peso mínimo de 30g, assados ou fritos, conforme especificação do Termo de Referência.	KG	107	R\$ _____	R\$ _____



ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNID.	QTD. ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO CONTRATADO	VALOR TOTAL CONTRATADO
07	Bolo sem recheio, sabores diversos, entregue cortado e embalado, conforme especificação do Termo de Referência.	KG	80	R\$ _____	R\$ _____
08	Bolo confeitado, com recheios e coberturas variados, conforme especificação do Termo de Referência.	KG	52	R\$ _____	R\$ _____
09	Torta salgada tipo empadão, cortada e embalada, conforme especificação do Termo de Referência.	KG	80	R\$ _____	R\$ _____
10	Pão francês para lanche, com presunto e muçarela, embalagem individual, conforme Termo de Referência.	UN	12.000	R\$ _____	R\$ _____
11	Sanduíche natural, peso mínimo de 120g, embalagem individual, conforme Termo de Referência.	UN	400	R\$ _____	R\$ _____
12	Chupa, peso mínimo de 50g, produto fresco, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	2.000	R\$ _____	R\$ _____
13	Mini hambúrguer, peso mínimo de 80g, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	400	R\$ _____	R\$ _____
14	Mini pão de hambúrguer, peso mínimo de 25g, conforme especificação do Termo de Referência.	UN	300	R\$ _____	R\$ _____

4.2. O valor deste contrato corresponderá aos itens efetivamente solicitados e fornecidos, conforme ordem de fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente, respeitados os preços unitários e globais registrados para o(s) lote(s) contratado(s).

4.3. No preço registrado estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, inclusive insumos, matérias-primas, preparo, embalagens, acondicionamento, transporte, carga, descarga, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, sanitários e quaisquer outras despesas incidentes.

4.4. O valor global estimado da contratação, considerando os 02 (dois) lotes, é de R\$ 513.024,40 (quinhentos e treze mil, vinte e quatro reais e quarenta centavos), sem que tal estimativa gere obrigação de consumo integral pela Administração.

5. DA VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência deste contrato será definido no respectivo instrumento contratual ou equivalente, contado da data de sua assinatura ou emissão, observada a vigência da Ata de Registro de Preços e o período necessário ao cumprimento das obrigações assumidas, sem ultrapassar os limites legais aplicáveis.

5.2. Na hipótese de a contratação ser formalizada por nota de empenho, ordem de fornecimento, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, a vigência observará o prazo necessário à execução, entrega, recebimento, liquidação e pagamento, sem prejuízo das responsabilidades da contratada.

5.3. A vigência contratual não impede a apuração de responsabilidade da contratada por vícios, desconformidades, atrasos, prejuízos ou demais irregularidades constatadas durante ou após a execução do objeto.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta das dotações orçamentárias próprias das Secretarias demandantes, indicadas na ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, contrato específico ou instrumento equivalente.

6.2. Quando aplicável, serão utilizadas as classificações orçamentárias previstas no processo administrativo, especialmente aquelas vinculadas às Secretarias demandantes e ao elemento de despesa 3.3.90.30.00 - Material de Consumo.

6.3. A emissão de cada ordem de fornecimento ficará condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira da unidade requisitante.

7. DOS PRAZOS, LOCAIS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.1. Os produtos serão entregues de forma parcelada, nos locais indicados pela Administração Municipal, de acordo com o lote territorial contratado e com as ordens de fornecimento emitidas.

7.2. O Lote 01 destina-se ao atendimento das demandas de Posto da Mata e Distritos, enquanto o Lote 02 destina-se ao atendimento das demandas de Nova Viçosa Sede, podendo a Administração indicar locais específicos de entrega dentro da respectiva área de atendimento.



7.3. A contratada deverá observar, em regra, o prazo de até 24 (vinte e quatro) horas para itens de consumo imediato, tais como pães, lanches, sanduíches, chipas, mini pães de queijo e similares, contado do recebimento da solicitação formal, salvo prazo diverso indicado pela Administração.

7.4. Para bolos, bolos confeitados, tortas salgadas e encomendas específicas para eventos, o prazo de entrega será, em regra, de até 48 (quarenta e oito) horas, salvo prazo diverso expressamente definido pela Administração na solicitação.

7.5. Em situações específicas, especialmente eventos institucionais, reuniões, ações programadas ou demandas urgentes, a Administração poderá fixar data e horário certos para entrega, devendo a contratada observar rigorosamente o cronograma informado.

7.6. As despesas com produção, embalagem, acondicionamento, transporte, carga, descarga e entrega dos produtos correrão por conta da contratada, vedada a cobrança de qualquer valor adicional à Administração.

7.7. Não será admitido o fornecimento de item diverso do solicitado, salvo autorização expressa e formal da Administração, desde que preservadas as condições registradas, a qualidade do produto e a vantajosidade da contratação.

8. DAS CONDIÇÕES DE QUALIDADE, HIGIENE, ACONDICIONAMENTO E TRANSPORTE

8.1. Os produtos deverão ser fornecidos em perfeitas condições de consumo, observando padrões adequados de qualidade, higiene, segurança alimentar, acondicionamento, conservação, transporte e apresentação.

8.2. Não serão aceitos produtos com mofo, odor ou sabor impróprio, sinais de deterioração, presença de sujidades, larvas, parasitas, materiais estranhos, embalagem violada, inadequada ou incompatível com a conservação do alimento.

8.3. Os produtos deverão observar, no que couber, as normas sanitárias aplicáveis à atividade de panificação, confeitaria, manipulação, preparo, acondicionamento, transporte e comercialização de alimentos.

8.4. Os itens embalados deverão conter, quando aplicável, identificação do produto, marca ou identificação do fabricante/fornecedor, data de fabricação, prazo de validade, informação nutricional e peso ou conteúdo líquido.

8.5. Os itens perecíveis, recheados, confeitados, com ingredientes de origem animal ou que exijam conservação especial deverão ser transportados em embalagens, caixas térmicas, recipientes isotérmicos, bolsas térmicas ou veículo adequado, em condições de higiene e conservação compatíveis com sua natureza, de modo a assegurar a preservação da qualidade e da segurança para consumo, vedado o transporte com substâncias químicas, materiais contaminantes ou objetos que possam comprometer a segurança alimentar.

9. DO RECEBIMENTO, RECUSA E SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS

9.1. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, na ordem de fornecimento e neste instrumento.

9.2. O recebimento definitivo ocorrerá após conferência, aceitação e atesto do servidor competente na nota fiscal ou documento equivalente, observados os seguintes prazos máximos, contados do recebimento provisório:

I — até 02 (dois) dias úteis para itens de consumo imediato, tais como pães, pão doce, mini pão de queijo, lanches, chipas, sanduíches, salgados e similares;

II — até 05 (cinco) dias úteis para bolos, bolos confeitados, tortas salgadas e pão de forma embalado;

III — decorrido o prazo sem manifestação formal do servidor competente e sem notificação de pendência à contratada, considera-se ocorrido o recebimento definitivo, para todos os efeitos, iniciando-se a contagem do prazo de pagamento de 30 (trinta) dias previsto neste instrumento.

9.3. Poderão ser recusados, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as especificações, com sinais de deterioração, embalagem violada ou inadequada, quantidade inferior à solicitada, entrega fora do prazo, qualidade incompatível ou inadequação para consumo.

9.4. Os produtos recusados deverão ser substituídos pela contratada, sem ônus adicional para a Administração, em até 04 (quatro) horas quando se tratar de item de consumo imediato, e em até 24 (vinte e



quatro) horas nos demais casos, salvo prazo menor fixado pela Administração diante da urgência da demanda.

9.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, adequação, segurança alimentar, vícios ocultos ou desconformidades posteriormente constatadas.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Cumprir integralmente as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, neste contrato, na proposta readequada e nas ordens de fornecimento emitidas pela Administração;

10.2. Fornecer os produtos com qualidade, higiene, segurança alimentar, acondicionamento adequado, identificação quando cabível e dentro dos prazos estabelecidos;

10.3. Atender às solicitações da Administração nos quantitativos, datas, horários e locais indicados, observando a natureza parcelada e eventual do fornecimento;

10.4. Respeitar a destinação territorial do(s) lote(s) contratado(s), organizando sua logística para atendimento adequado de Posto da Mata/Distritos ou de Nova Viçosa Sede, conforme o caso;

10.5. Utilizar matérias-primas sãs, de boa procedência e adequadas ao consumo humano, vedado o fornecimento de produtos impróprios, vencidos, deteriorados ou em desacordo com as especificações;

10.6. Substituir, sem ônus adicional para a Administração, os produtos recusados por inadequação, desconformidade, baixa qualidade, avaria, deterioração, embalagem inadequada ou descumprimento de especificação;

10.7. Manter, durante toda a vigência da ata e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame;

10.8. Observar integralmente as normas sanitárias, trabalhistas, fiscais, civis, administrativas, ambientais e demais disposições legais aplicáveis à execução do objeto, mantendo procedimentos compatíveis com as Boas Práticas de Manipulação/Fabricação de alimentos;

10.9. Emitir nota fiscal correspondente aos produtos efetivamente entregues e aceitos, com discriminação dos itens, quantidades, valores unitários e totais;

10.10. Responder por danos causados à Administração ou a terceiros em razão de ação ou omissão relacionada à execução do objeto;

10.11. Manter endereço eletrônico e telefone atualizados para recebimento de comunicações oficiais, notificações, ordens de fornecimento e demais atos administrativos.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Emitir as ordens de fornecimento, notas de empenho, autorizações de compra ou instrumentos equivalentes necessários à execução do objeto;

11.2. Prestar as informações necessárias ao regular fornecimento dos produtos;

11.3. Indicar o lote, os itens, os quantitativos, os locais, datas e horários de entrega em cada solicitação;

11.4. Acompanhar, fiscalizar, receber e avaliar a conformidade dos produtos entregues;

11.5. Comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades verificadas, exigindo correção ou substituição quando cabível;

11.6. Efetuar o pagamento pelos produtos efetivamente fornecidos e aceitos, observadas as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e neste instrumento;

11.7. Manter registros das solicitações, entregas, recebimentos, ocorrências e atestos relacionados à execução contratual.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do objeto e do atesto da nota fiscal ou documento equivalente pelo servidor competente, mediante ordem bancária em favor da contratada.



12.2. O prazo para pagamento somente se iniciará após o recebimento definitivo dos produtos, o atesto da nota fiscal ou documento equivalente e o atendimento das exigências documentais aplicáveis.

12.3. A nota fiscal deverá discriminar o lote, os itens fornecidos, quantitativos, valores unitários e totais, devendo corresponder à ordem de fornecimento emitida pela Administração.

12.4. A nota fiscal deverá ser acompanhada da comprovação de regularidade fiscal e trabalhista exigível, sem prejuízo de consulta aos sítios eletrônicos oficiais pela Administração.

12.5. Havendo erro na apresentação da nota fiscal, divergência de quantitativos, irregularidade documental ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até a regularização da pendência, sem ônus para a Administração.

12.6. Não será efetuado pagamento de produtos recusados, devolvidos, substituídos ou entregues em desacordo com as especificações exigidas.

13. DA FISCALIZAÇÃO

13.1. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração Municipal, nos termos da legislação vigente.

13.2. Compete à fiscalização verificar a conformidade dos produtos fornecidos, acompanhar prazos e locais de entrega, registrar ocorrências, solicitar substituições, conferir notas fiscais e atestar a execução regular do objeto.

13.3. A fiscalização poderá solicitar documentos, informações, esclarecimentos, amostras ou elementos necessários à verificação da conformidade dos produtos, desde que relacionados à execução do objeto.

13.4. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada pela execução do objeto, inclusive perante terceiros.

14. DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Não será exigida garantia contratual para a presente contratação, considerando tratar-se de fornecimento comum, parcelado e de baixa complexidade, cujo risco é mitigado pela execução sob demanda, pelo pagamento condicionado ao recebimento definitivo, pelo atesto da fiscalização e pela possibilidade de aplicação das sanções administrativas cabíveis.

15. DO REAJUSTE, REVISÃO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

15.1. Os preços registrados e contratados poderão ser revistos, negociados, atualizados ou reajustados nas hipóteses legais e regulamentares, observadas as regras do Edital, da Ata de Registro de Preços, da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023.

15.2. Na hipótese de prorrogação da Ata ou do instrumento contratual, o reajuste, quando cabível, somente poderá ocorrer após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base da pesquisa de preços que embasou a contratação, adotando-se o IPCA/IBGE ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, sem prejuízo da análise de vantajosidade pela Administração.

15.3. A eventual revisão ou recomposição de preços dependerá de solicitação formal, demonstração objetiva da alteração dos custos e decisão motivada da Administração, vedada a concessão automática sem a devida comprovação. A Administração poderá convocar a contratada para negociação sempre que verificar que os preços registrados se tornaram superiores aos praticados no mercado, observadas as normas aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. O descumprimento das obrigações assumidas poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, no Edital, na Ata de Registro de Preços, neste instrumento e demais normas aplicáveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

16.2. Constituem infrações administrativas, entre outras: deixar de entregar documentação exigida; recusar-se injustificadamente a assinar a Ata, contrato ou instrumento equivalente; ensejar atraso injustificado; dar causa à inexecução parcial ou total; entregar produtos em desacordo com as especificações; apresentar declaração ou documentação falsa; fraudar a licitação ou a execução; comportar-se de modo inidôneo;



praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação; ou praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

16.3. Pela prática das infrações administrativas, poderão ser aplicadas as sanções de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, observadas a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos causados à Administração.

16.4. A tabela de penalidades aplicáveis é a seguinte:

Infração	Sanção	% de Multa	Base de Cálculo
Descumprimento de formalidade não essencial, sem prejuízo ao fornecimento — 1ª ocorrência	Advertência	—	—
Atraso na entrega de até 4h (itens de consumo imediato) ou até 12h (demais itens) — 1ª ocorrência	Advertência	—	—
Atraso injustificado superior a 4h (itens imediatos) ou 12h (demais itens)	Multa moratória	0,5% por dia ou fração, limitada a 10% do valor do pedido	Valor do item ou pedido inadimplido
Entrega de produto em desacordo com especificações, sem substituição no prazo previsto	Multa compensatória	5%	Valor do item recusado na OF
Recusa injustificada em substituir produto recusado dentro do prazo	Multa compensatória	10%	Valor do item não substituído
Inexecução parcial: não atendimento injustificado de Ordem de Fornecimento	Multa compensatória	10%	Valor da OF inadimplida
Recusa injustificada em assinar a ARP ou instrumento equivalente	Multa compensatória	15%	Valor global estimado do lote adjudicado
Inexecução total: descontinuação do fornecimento sem motivo justificado	Multa compensatória	20%	Valor global estimado do lote
Reincidência em infração que tenha gerado multa anterior, dentro de 6 meses	Multa compensatória + Impedimento de licitar 6 a 24 meses	20%	Valor global estimado do lote
Apresentação de declaração ou documentação falsa	Multa compensatória + Impedimento de licitar 12 a 36 meses	20%	Valor global estimado do lote
Fraude à licitação ou execução; comportamento inidôneo; ato lesivo (Lei nº 12.846/2013)	Declaração de inidoneidade + Multa	30%	Valor global estimado do lote

16.4.1. A multa moratória fica limitada a 10% do valor do item ou pedido inadimplido. As multas compensatória e moratória podem ser aplicadas cumulativamente quando justificado pela natureza e extensão do dano.

17. DA EXTINÇÃO, CANCELAMENTO E ALTERAÇÃO

17.1. Este contrato, a Ata de Registro de Preços ou o instrumento equivalente poderão ser extintos, cancelados ou alterados nas hipóteses previstas na legislação aplicável, no Edital, na Ata e nos instrumentos decorrentes, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.

17.2. Constituem motivos para extinção ou cancelamento, entre outros: o não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações assumidas; a paralisação injustificada do fornecimento; a perda das condições de habilitação; a ocorrência de falhas reiteradas no fornecimento; a prática de infrações administrativas graves; ou a superveniência de interesse público devidamente justificado.

17.3. Eventuais alterações contratuais observarão as disposições da Lei nº 14.133/2021, mediante termo aditivo ou apostilamento, conforme a natureza da alteração.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. É vedada a subcontratação integral do objeto, permanecendo a contratada integralmente responsável pela qualidade, regularidade, pontualidade e segurança dos produtos fornecidos, ainda que utilize apoio operacional ou logístico compatível com a execução.

18.2. A utilização de apoio operacional não afasta a responsabilidade da contratada pelo cumprimento das normas sanitárias, pela qualidade dos alimentos, pelo atendimento dos prazos e pela regularidade da execução.

19. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1. O presente contrato será regido pela Lei nº 14.133/2021, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelo Decreto Federal nº 11.462/2023, pelas normas aplicáveis ao Pregão Eletrônico e ao Sistema de Registro de Preços, pelo Edital, pelo Termo de Referência, pela Ata de Registro de Preços e pelas demais disposições pertinentes às contratações públicas.

19.2. Aplicam-se subsidiariamente as normas de direito público e, no que couber, as disposições de direito privado.



20. DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca competente para o Município de Nova Viçosa/BA para dirimir eventuais controvérsias decorrentes deste instrumento, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ressalvadas as hipóteses de competência legal diversa.

21. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. A contratação não gera direito à aquisição integral dos quantitativos estimados, ficando cada fornecimento condicionado à necessidade administrativa e à emissão do instrumento formal correspondente.

21.2. A contratada declara ter conhecimento das condições de execução do objeto, da natureza parcelada do fornecimento, da divisão territorial dos lotes e das exigências sanitárias, logísticas e administrativas previstas nos instrumentos do processo.

21.3. E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para que produza seus legais efeitos.

Nova Viçosa/BA, ____ de ____ de 2026.

MUNICÍPIO DE NOVA VIÇOSA/BA
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____ CPF: _____

2. _____ CPF: _____



ANEXO X - CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação por lote, será registrada a relação de fornecedores que aceitarem cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário, bem como a relação de fornecedores que mantiverem sua proposta original, conforme Decreto nº 11.462/2023.

LOTE	FORNECEDOR (RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO, CONTATO, REPRESENTANTE)	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

